

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 5

(Sem revisão final)

9 de janeiro de 2019

(17 h 13 m – 20 h 19 m)

Ordem do dia:

Audição do Coronel de Infantaria Manuel Joaquim Vieira Esperança.

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Ascenso Simões (PS)

Berta Cabral (PSD)

João Vasconcelos (BE)

Telmo Correia (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos iniciar as audições desta Comissão de Inquérito.

Eram 17 horas e 13 minutos.

Agradeço ao Sr. Coronel Manuel Joaquim Vieira Esperança a disponibilidade para estar na Assembleia da República a esta hora.

Queria referir que, conforme acordado metodologicamente em reuniões anteriores de Mesa e Coordenadores, nos casos, e é o caso, em que a presença do depoente tenha sido requerida por um grupo parlamentar apenas e, portanto, não se colocando a questão da distribuição rotativa das primeiras intervenções, será esse grupo a iniciar a primeira ronda.

Coerentemente, o Sr. Coronel foi indicado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de modo que daria a palavra, de imediato, ao Sr. Deputado Ascenso Simões, uma vez que o Sr. Coronel teve a amabilidade de me referir que não fará nenhuma intervenção inicial.

Recordava apenas às Sr.^{as} e Srs. Deputados que nesta ronda cada grupo parlamentar dispõe de 8 minutos para fazer perguntas e, indicativamente, o depoente disporá do mesmo tempo para responder.

Sem mais, Sr. Deputado Ascenso Simões, a palavra é sua.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, apresento um cumprimento especial ao Sr. Coronel. Ainda Coronel?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança** (Comandante do Regimento de Infantaria n.º 15 de 13 de outubro de 2013 a 3 de outubro de 2016): — Ainda Coronel.

O Sr. **Ascenso Simões (PS)**: — Sr. Coronel, agradecemos muito a sua vinda. Poderia parecer que, não estando a comandar o Regimento n.º 15 na altura em que aconteceu o furto em Tancos, não era relevante a sua posição e a sua opinião.

Mas entendemos que fazia sentido ouvir quem comandou o Regimento n.º 15, de Tomar, para quem não está familiarizado com estas designações, em tempos anteriores à ocorrência de Tancos.

As primeiras perguntas que gostaria de lhe fazer, e vou fazer uma série delas, para resposta imediata eram: durante esse tempo, quem foram as personalidades que consigo conviveram na questão da organização dos paióis de Tancos? E de quem dependia hierarquicamente no Exército?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Coronel.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, boa tarde, obrigado pela sua pergunta.

Comandei o Regimento de outubro de 2013 a outubro de 2016. Durante esse período, a situação de termos de ceder homens...

E aqui faço uma pequena correção ao que foi ontem dito na comunicação social em relação ao número de homens que estava presente nos paióis: eram, de facto, seis soldados, era um facto, mas mais um cabo e um sargento. Portanto, eram oito militares, o que equivale, grosso modo, a uma secção.

Estes militares estavam efetivamente presentes. Mas, se tivermos em conta os documentos de referência para este tipo de serviço, o Regulamento Geral do Serviço nas Unidades do Exército, pelas regras, se empenhar uma secção tenho de ter, no mínimo, um pelotão para fazer este serviço.

De facto, era utilizado todo o encargo operacional do Regimento. Não havia um pelotão dedicado, ao contrário da situação anterior, de 2006, em

que era, na altura, o Depósito-Geral de Material do Exército, hoje, Unidade de Apoio Geral de Material do Exército (UAGME), que tinha essa responsabilidade e que tinha um pelotão para o efeito que, grosso modo, seriam 40 homens, talvez menos. Mas, entretanto, com o fim do serviço militar obrigatório (SMO), como é do conhecimento dos Srs. Deputados, e alguma dificuldade na obtenção de recursos humanos para as Forças Armadas, os pelotões, por vezes, não estão no seu efetivo máximo e é considerado que oito elementos permitem a formação de uma secção, com duas quadras e duas parselhas, como já era do antecedente.

Ao contrário, e perdoem-me se estou a manifestar o que é o meu sentimento, não vejo assim uma diferença muito grande em relação ao que havia do antecedente. Se, desse pelotão, estivesse lá uma secção, seria uma diferença de dois, três homens relativamente ao que era na altura.

Respondendo à sua pergunta sobre quem era o escalão superior, em 2006, e são documentos que datam de 2006 e 2007, perante a dificuldade de o Depósito-Geral de Material do Exército conseguir manter o efetivo e ter homens para fazer a segurança aos paióis de Tancos, o, na altura, Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME) atribuiu essa responsabilidade ao Comando Operacional e o Comando Operacional dá a tarefa à Brigada de Reação Rápida (BrigRR) e à Brigada Mecanizada (BrigMec).

Estabelece como unidade responsável, vulgo EPR (entidade primariamente responsável), a Brigada de Reação Rápida e é o CFT (Comando Operacional das Forças Terrestres) que determina que é um sargento, um cabo e seis soldados que deverá ser o efetivo que cada uma das unidades responsáveis por fornecer esse pessoal deve nomear.

No início de 2007, se não estou em erro, mas os documentos podem ser consultados, existem documentos que foram trocados na altura e que podem ser consultados, de certeza, pelos Srs. Deputados, é o RI15

(Regimento de Infantaria n.º 15) — ainda eu não o comandava, nem estava no Exército — que fornece o primeiro mês.

Há aqui uma rotação: cada unidade tem um período de um mês e estabelece quantos homens deverá fornecer durante esse período.

Como sabe, os períodos de serviço são, no mínimo, de 24 horas e para assegurar o mínimo de descanso ao pessoal terá de haver depois um período de, pelo menos, dois dias até que possam voltar a ser nomeados.

A unidade que estava mais afastada, que era o Regimento de Infantaria n.º 15, beneficiava da alimentação, porque esses homens, durante 24 horas, estavam nas instalações.

Os Srs. Deputados, ontem, foram visitar as instalações dos Paióis Nacionais de Tancos. Quando se entra, há um edifício maior à esquerda e logo no primeiro estavam os oito homens, o sargento, o cabo e os seis soldados. Era aí que tinham a zona de descanso, os banhos, etc.

A responsabilidade das instalações é da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército. A responsabilidade dos paióis em si é dos funcionários dessa unidade e a responsabilidade do controlo das entradas e da vedação era deste efetivo de um sargento, um cabo e seis soldados que, depois, estabelecia, entre si, a escala para guarnecer o portão e outro posto. Pelo menos, era o que se passava no período em que eu lá estava.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não respondeu à questão de quem eram os nomes dos oficiais gerais que, no tempo em que o senhor comandou o R15, trabalharam consigo ou de quem o senhor dependia.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — O comandante da Brigada de Reação Rápida era o Sr. General Cunha que foi substituído pelo Sr. General, recente Vice-Chefe, Serafino e, finalmente,

aliás, tinha acabado de sair quando se deu o roubo nas munições, o General Perestrelo que, neste momento, está na Madeira.

No CFT, eram o General Vieira e o General Menezes. Aliás, o General Menezes demitiu-se depois na sequência dos acontecimentos de Tancos. Depois dessa ocorrência apresentou a demissão ao General CEME, General Rovisco Duarte.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Coronel, eram quatro unidades que faziam a rotação do acompanhamento e da segurança daquela instalação. Como é que essas quatro unidades se articulavam? Como é que eram as rotinas relacionadas com a coordenação? Como é que o Sr. Coronel fazia com os outros comandantes em relação à informação do que estava acontecendo? A quem reportavam as circunstâncias em que se faziam as entradas e as saídas? Como é que acertavam todos os pormenores relacionados com a burocracia? Como é que integravam a informação a cada dia durante o tempo em que o Sr. Coronel esteve no R15?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr. Deputado, a EPR, como já disse, era a Brigada de Reação Rápida. Era essa Brigada que coordenava os períodos em que cada unidade tinha de nomear esse pessoal de serviço à segurança do paiol de Tancos.

Eram períodos de um mês e como eram quatro unidades, cada unidade tinha três meses sem essa responsabilidade. Era um mês responsável, depois estava três meses sem fornecer pessoal, depois voltava a fornecer durante um mês.

Nesta situação apoiávamo-nos numa NEP (norma de execução permanente) da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, mas a par da NEP era emanada uma diretiva a cada início do serviço, pelo menos, da parte do Regimento.

Essa diretiva estabelecia o modelo de relatório e de procedimentos para esta equipa. Depois de cada período de serviço reportavam todas as anomalias e faziam as suas sugestões.

Eu e os meus colaboradores, o comandante do batalhão, o mor, o oficial de operações, visitávamos as instalações com frequência, quando eram os nossos homens que lá estavam.

O mor acompanhou de perto, porque o sargento-mor é quem acompanha o serviço diário da unidade e, este, não sendo na unidade, era um serviço diário.

Para os Srs. Deputados que não estão familiarizados com estas coisas, é o mor que faz de manhã a apresentação do pessoal de serviço ao oficial de dia, porque é ele que é responsável por esta parte.

Fiz questão de colocar em contacto o mor da unidade, o sargento-mor Agostinho, com o mor da unidade responsável pelas instalações, porque, destes relatórios feitos pelo pessoal de serviço, nos chegou o relato de haver anomalias que, não sendo da nossa competência, mas por estarmos responsáveis pelo pessoal de serviço, tínhamos de manifestar à unidade que tinha essa responsabilidade.

Refiro aqui o caso da limpeza de uma faixa de segurança à volta da vedação que foi feita durante esse período e que fizemos questão de solicitar à unidade que o fizesse, porque os nossos homens sentiam que não tinham a capacidade, devido ao mato que lá cresceu, de ter a visão de que necessitavam.

É claro que há outras questões que se prendiam com fatores imponderáveis e que não me cabe, a mim, comentar, como sejam as condições da vedação: se seria possível repará-la ou não, se havia verba disponível ou não. Isso terá de ser perguntado à unidade responsável por essa área.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Muito obrigado, Sr. Coronel.

Bem, a verdade é que o Sr. Coronel colocou os sargentos em contacto, mas não nos disse se algum dia escreveu ao Sr. General Serafino, ou ao Sr. General Perestrelo, ou ao Sr. General Menezes sobre as circunstâncias de insegurança em que estava o paiol.

A pergunta que gostaria a que o senhor respondesse é esta: quantas vezes indicou aos seus superiores hierárquicos o reporte da insegurança que existia no paiol e das circunstâncias em que ele funcionava, designadamente a inexistência de um número de homens suficiente para guarnecer os postos de vigia, que já na altura não tinham vigilância durante as 24 horas?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — A esta distância não lhe posso precisar quais são os relatórios, mas que era motivo de conversa frequente com o meu general comandante, era.

Em relação à questão da insuficiência do número de homens, relembro o início da minha exposição. A questão da insuficiência ou não prende-se com o grau da ameaça e isso foi analisado, certamente, pelo Comando Operacional.

Portanto, a «insuficiência de homens» são palavras do Sr. Deputado. Não foi colocada essa questão, porque noutras situações, por exemplo, na Unidade de Tomar, em algumas circunstâncias não havia um efetivo de serviço muito superior. Relembro aqui que os homens que lá estavam fisicamente poderiam estar sozinhos, mas não estavam porque estavam em contacto permanente com o oficial de dia do Regimento. Tinham contactos obrigatórios pelo menos duas vezes por dia e havia visitas permanentes lá.

Mas se me disse que no Regimento tenho o oficial de dia, os quarteleiros, o paiol também não tem ninguém lá. Mas eu tinha um posto fixo junto ao paiol. Ali são 18, se bem me recordo, nós temos um pequeno paiol no Regimento, haverá aqui uma pequena diferença. Mas, como disse,

a questão de quem entra ou quem não entra no paiol, da chave do paiol, já não era da responsabilidade dos homens que estavam lá de serviço, isso era feito pelos funcionários da Unidade de Apoio Geral do Exército.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não lhe perguntei sobre isso, perguntei-lhe sobre as questões de segurança.

Mas volto à questão, Sr. Coronel: quantas vezes é que o Sr. Coronel, enquanto foi responsável por esta Unidade, entre 2013 e 2016, reuniu com os comandantes das outras unidades para tratar especialmente da operação do paiol de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Não me recordo de ter havido reuniões, de facto. Houve conversas e a conversa, como é óbvio, era muito especialmente com o responsável das instalações e com a Engenharia, que estava ali ao lado e, como tinha alguma ligação com a Unidade de Material do Exército, poderia fazer algum destes trabalhos.

Lembro que emanava da diretiva que, de cada vez que os meus homens assumiam eu identificava como questão crítica a passagem do serviço de uma unidade para outra unidade. Portanto, aí teria de haver um cuidado maior, até para nos certificarmos de que aquilo que recebíamos, em termos da segurança, condições e inviolabilidade das instalações, era garantido e era transmitido da mesma forma.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Quando havia a passagem de testemunho havia a representação da BrigRR ou do Comandante das Forças Terrestres que acompanhasse essa passagem de serviço, ou isso era feito entre o sargento que vinha de uma unidade para outro sargento de vinha de outra unidade?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Vou tentar recordar-me, pois já passou algum tempo, mas, segundo a diretiva, lembro-me que o pessoal de serviço apresentava-se primeiro na brigada cerca de meia hora antes, porque a Brigada de Reação Rápida é logo ali ao lado, e só depois é que iam fazer a passagem de serviço. Portanto, havia, de facto, essa coordenação.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Mas não havia nenhum auto que identificasse a cada momento o que recebiam ou as circunstâncias em que recebiam, ou seja, por exemplo, a identificação do que aconteceu nos dias anteriores. E durante o tempo em que aconteceram essas mesmas circunstâncias só havia uma informação direta ao comandante da unidade, ou seja, o comandante da unidade não se relacionava com o anterior e dizia assim: «Foi-me reportado isto e portanto vamos lá a ver como vamos resolver isto e a quem vamos identificar estas anomalias». Não havia esse contacto regular. O Sr. Coronel, quando os seus homens chegavam, não tinha uma informação do que aconteceu, só tinha uma informação do relatório final. Era isto?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — O que é que quer dizer com «o que recebiam», por favor?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — O Sr. Coronel sabe perfeitamente que quando se chega a um sítio encontra-se uma situação: recebem-se os documentos, identificam-se as pessoas, faz-se uma ronda para se identificar o que existe. Normalmente há um termo comparativo que é o do que aconteceu na última vez em que essa mesma unidade lá esteve.

Havia essa comparação ou não? Havia essa identificação ou não?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Lembro que os homens eram responsáveis pelo controlo da entrada e do perímetro.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Coronel, a responsabilidade dos homens era a segurança dos paióis, não era só uma mera atividade administrativa dos paióis.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Não, não, claro que não! Era a entrada e o acesso aos paióis, porque eles não entravam nos paióis.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sim, mas não estou a falar especificamente dos paióis, para isso vamos cá ter outros colegas seus. Eu estava a falar-lhe especificamente das circunstâncias.

Os homens quando chegavam e viam que a vegetação estava alta demais, que já tapava o muro no sítio tal, havia esse reporte?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Havia. Como lhe disse, na diretiva...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — E o Sr. Coronel falava com os Srs. Comandantes das outras unidades quando iam imediatamente a seguir a si? E falava com o comandante da unidade anterior para confirmar essas informações ou não? Estou a fazer estas perguntas só para nós podermos enquadrar com as outras audições que vamos fazer. Pode responder que não ou que sim.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sim, sim.

Eu não tenho de falar com o comandante de outra unidade sobre um problema que tenho de reportar à brigada e que a brigada, quando entender, faz a coordenação entre as unidades. Mas que era feito, era.

Um homem, quando chegava, fazia a verificação e isso tudo era plasmado no relatório que no final do serviço tinha de fazer. Esses relatórios eram coligidos pelas operações do Regimento e eram transmitidos ao escalão superior.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Portanto, quando o Sr. Coronel, em 2016, saiu, os relatórios identificavam imediatamente aos superiores que o paiol vivia uma circunstância de insegurança, que não se poderia continuar a manter a ausência de homens para guarnecerem as torres, que havia uma situação de não limpeza do território e que havia uma incapacidade de, com o número específico de homens que o senhor indicou, poder garantir a segurança efetiva dos paióis?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — São palavras do Sr. Deputado, não sublinho.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Então, o que é que o seu superior hierárquico sabia de tudo o que o senhor recebia dos seus homens?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sabia tudo, obviamente.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sabia tudo e, portanto, também sabia as circunstâncias de insegurança do paiol.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — A insegurança do paiol, ou a segurança, digamos mais, era a considerada conveniente pelo escalão superior, que tinha conhecimento da situação.

Mas, como lhe disse, a questão do número de homens, se era insuficiente ou não, a questão dos meios auxiliares, isso aí é uma avaliação que não depende de mim e que, consoante o grau da ameaça, o escalão superior determina qual é a prioridade.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Nunca foi alterado o grau de ameaça relativamente a Tancos durante o tempo em que o senhor esteve em funções?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Não.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Portanto, durante aquele tempo todo, em que as instalações vieram sucessivamente a degradar-se, o Sr. Coronel nunca teve nenhuma informação de que era preciso fazer intervenções.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Não, eu já lhe disse que foram feitas intervenções, nomeadamente de limpeza da faixa de segurança.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — E essas operações eram feitas de quanto em quanto tempo? Tem ideia?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Quando necessário.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Qual era a entidade que fazia essas limpezas?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — A limpeza é da responsabilidade da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, mas quem fez e quem tem essa capacidade é o atual Regimento de Engenharia, na altura Escola Prática.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Muito obrigado, Sr. Coronel.

Agora, recorrendo à sua longa experiência e sendo conhecedor da matéria, o Sr. Coronel conhece o armamento que já foi identificado pela comunicação social e que terá sido roubado no assalto a Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sei aquilo que passou na comunicação social, exatamente.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Da sua longa experiência, quantos metros cúbicos tem aquele armamento, todo junto?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Eu vi, vezes sem conta, na comunicação social, o Sr. General Rovisco Duarte falar de uma «caixinha». Tenho ideia de que não é uma caixinha, mas não andaré muito longe disso.

Eu, logo após o assalto a Tancos, tive a oportunidade de falar com alguns camaradas e parece, e penso que agora isso se confirma, que o objetivo eram munições de 9 mm.. Depois, estão umas granadas... Algo de oportunidade!

As granadas são, de facto, material de guerra sensível; os lança-granadas, ou os LAW (*light anti tank weapon*), tinham datas ultrapassadas. Aliás, isso já foi veiculado na comunicação social pelo General CEMGFA, o General Pina Monteiro, e pelo General Rovisco Duarte, suficientes vezes.

A cubicagem, os metros, tenho ideia que será qualquer coisa entre os 2 m³, 1m³, não andar muito longe disso.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Conhecendo como conhece o campo, o Sr. Coronel sabe que ao lado daqueles dois pais — que estavam exatamente posicionados numa linha que dois vigilantes em duas torres teriam identificado qualquer movimento — havia um outro paiol que tinha material muito mais relevante, muito mais sensível e muito mais importante sob o ponto de vista militar.

O que gostaria de perguntar-lhe  se, da sua experiência, o senhor acha que este material poe em causa ou poderá por em causa a segurança nacional. Porquê? Porque isso foi uma referência ao longo do tempo. E pergunto-lhe se, na sua perspetiva, enquanto militar, este material identificado, este material em concreto, que o senhor acabou de referir, e muito bem, que algum dele até já estava fora de prazo, poderia por em causa a segurança nacional.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr. Deputado, em relação à sua pergunta, começo por referir que, e já aqui o afirmo, os oito homens não estavam sozinhos e o levantamento da ameaça não  da responsabilidade desses seis homens. Esse levantamento da ameaça não  competência do Regimento de Infantaria 15 e permita-me que não me pronuncie se era esse o objetivo, porque isso faz parte do trabalho de outras entidades com responsabilidade na área da segurança.

Aliás, na minha opinião pessoal, e não faço aqui restrições à minha completa abertura em responder às perguntas do Sr. Deputado, pareceu-me que o objetivo eram as munições de 9 mm. Não me parece, mas outras entidades com maior competência para se pronunciarem sobre essa matéria poderão e penso que já o fizeram, referir se haveria, de facto, essa

oportunidade e se era essa a intenção. Em todo o caso, não gostaria de entrar nessa área, porque é da competência de outras entidades, como é óbvio.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Muito obrigado, Sr. Coronel.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Eu é que agradeço.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Tenho uma última questão, que me parece relevante.

O Sr. Coronel sabe que foram instaurados processos disciplinares a soldados, na sequência da ocorrência de Tancos, mas, até hoje, não se sabe de responsabilidade superior.

O Sr. Coronel acaba de dizer que não era da competência dos homens a avaliação do risco. É sua opinião que estávamos perante uma situação em que a responsabilidade não podia ter ficado abaixo, mas devia ter subido ao nível dos comandos das unidades?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Tenho a máxima consideração — e não é por estar aqui, a falar perante os Srs. Deputados — pelos superiores hierárquicos que me comandaram diretamente e pelos que estavam no comando, na altura do roubo de Tancos.

O Sr. General Frederico Rovisco Duarte é uma pessoa por quem tenho a máxima consideração — conheço-o, sei que ele é de Alpalhão, sei onde ele vive... — e, no Exército, temos muito o espírito de camaradagem no bom sentido, no sentido de respeito pelas hierarquias. Não me cabe a mim, seguramente, manifestar-me sobre as posições ou a ação de comando do Sr. General, mas acredito que ele tomou as opções e as decisões com base no conhecimento que tinha, na altura.

Fazendo jus ao que acabo de afirmar, o Sr. General, mais tarde, veio a dizer que a opção pela exoneração não teria sido a melhor, mas, na altura, para evitar que o processo fosse inquinado, decidi assim, e penso que decidi bem, em relação aos dados que tinha, na altura. O Sr. General é, também, uma vítima do processo e, mais tarde, acabou por se demitir.

Contudo, permita-me que enderece ao Sr. Deputado, com todo o respeito, a questão da culpa ou de quem deverá ser responsabilizado.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço ao Sr. Coronel e ao Sr. Deputado Ascenso Simões, que preencheu já o tempo reservado ao Partido Socialista nesta primeira ronda.

Segue-se a intervenção do Grupo Parlamentar do PSD, para o que tem de imediato a palavra a Sr.^a Deputada Berta Cabral, nos mesmos termos. Ou seja, tendencialmente sem a minha intervenção, a Sr.^a Deputada irá colocar as perguntas e o Sr. Coronel terá a amabilidade de responder.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Coronel Vieira Esperança.

Queria deixar, previamente, duas ou três notas, uma vez que esta é a primeira audição desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e identificar a missão desta Comissão, que tem a ver com a avaliação dos factos, dos atos e das omissões do Governo relacionados, direta ou indiretamente, com o furto de Tancos.

Por isso, com esta Comissão, não se pretende fazer qualquer tipo de investigação criminal, pretende-se, sim, apurar responsabilidades políticas e detetar falhas do sistema que, por omissão ou demissão de responsabilidades, não foram tidas em conta pelo poder político. Portanto, temos de centrar aí o objeto desta nossa Comissão.

Também queria deixar claro que nem todas as inquirições foram pedidas por todos os grupos parlamentares. No caso concreto, a audição do Sr. Coronel não foi solicitada pelo PSD, mas, obviamente, isso não nos impede de lhe colocar algumas questões. Contudo, entendemos que nos devíamos concentrar no período em que ocorreu o incidente em Tancos.

Por outro lado, queria deixar igualmente claro que, para nós, o prestígio e a capacidade operacional das Forças Armadas é um ativo nacional que temos de ter em conta e que deve ser preservado. É conhecida e reconhecida, nacional e internacionalmente, a forma como as nossas Forças Armadas atuam, o que merece as melhores referências dos nossos aliados e da Comissão Europeia, e, portanto, temos de ser os primeiros a dignificar as nossas Forças Armadas.

Esta Comissão de Inquérito pretende, exatamente, repor a dignificação das Forças Armadas, porque, efetivamente, elas foram, de alguma forma, maculadas com este incidente. Por isso, se pudermos tirar conclusões sobre as responsabilidades e as falhas do sistema e sobre a não assunção de algumas questões de natureza política, penso que as Forças Armadas sairão a ganhar deste processo de inquérito.

Queria deixar, ainda, uma nota final relativamente à nossa visita a Tancos, que teve lugar ontem, referindo toda a vontade que nos foi manifestada pelo Exército no sentido de assumir e corrigir as falhas e de melhorar procedimentos, bem como toda a evolução que já ocorreu, através da transferência de todo o material que estava nos Paióis Nacionais de Tancos para os paióis do Campo Militar de Santa Margarida. Tendo em conta que a visita foi mesmo ontem e que foi a primeira ação desta Comissão, queria deixar publicamente esta referência à forma como o Exército nos recebeu, nos disponibilizou informação e se prestou a colaborar com esta Comissão.

Dito isto, Sr. Coronel, queria colocar-lhe algumas questões relacionadas com o facto de, no dia 29 de junho de 2017, o País ter sido confrontado com a notícia de que, no dia anterior, teria sido furtado dos Paíóis Nacionais de Tancos diverso material militar, sobretudo munições e explosivos. De acordo com algumas declarações, algum desse material poderia estar obsoleto, mas, do ponto de vista da sua capacidade ofensiva, ele mantinha a sua perigosidade, o que, obviamente, é motivo de preocupação nacional e alertou logo todas as entidades que tinham de ser alertadas para esta circunstância.

Nesta Comissão de Inquérito, com base na missão que acabámos de referir, e tendo em conta a sua experiência, pelo facto de ter estado à frente do RI15 durante cerca de três anos, e o conhecimento específico que tem dos Paíóis Nacionais de Tancos, a primeira questão que gostava de lhe deixar era no sentido de saber como explica que possa ter havido, naquele recinto, um assalto desta natureza e se tem memória de alguma coisa parecida com esta se ter passado no Exército, ao longo dos anos em que serviu as Forças Armadas portuguesas.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr.^a Deputada, de facto, não tenho dúvidas em relação à gravidade desta situação e encontro algum paralelismo com o furto de armas ocorrido no Regimento de Comandos, alguns anos antes.

Da discussão que possamos fazer sobre esta questão, permita-me que traga à colação a questão do serviço militar.

Estamos a referir-nos ao período, neste momento já bastante ultrapassado, e às consequências que advêm das grandes transformações que foram operadas, sobretudo ao nível do Exército, já que a Marinha e a Força Aérea tinham uma prestação de serviço diferente.

Temos contratos de seis anos — um ano de voluntariado e seis anos de contrato — e tem vindo a ser discutida a questão dos contratos de longa duração, porque, nas Forças Armadas, no Exército, passamos seis anos a formar um homem e, depois, enviamo-lo para a sociedade civil.

Um dos elementos do meu curso de comandos foi um indivíduo que, há uns anos, em Lisboa, foi cercado pela polícia — o meu curso de comandos foi em 1990 e isto passou-se nos anos 90 —, conseguiu fugir e foi apanhado, dias depois, no Algarve. Ou seja, esta capacidade que damos a estes homens...

Estou a lembrar-me — e peço desculpa pela minha linha de raciocínio, mas penso que perceberão, depois — que um dos responsáveis é um ex-fuzileiro e, neste caso, em conversa com um dos camaradas que comandou os comandos, ele dizia-me: «Se queremos homens para ir para o Afeganistão e, hoje em dia, para a República Centro-Africana, não os vamos buscar à Ericeira; se calhar, vamos a bairros problemáticos, com contacto com realidades que não serão as melhores.»

Portanto, de facto, há um problema de segurança, que é transversal a outras entidades que não o Exército, necessariamente, em que, para determinadas funções, teremos de analisar se o *vetting* é o correto. Não estou a criticar a Autoridade Nacional de Segurança (ANS) nem a dizer que as creditações estejam a ser mal feitas, não estou a dizer isso, mas todos sabemos que existe um grupo para fazer a troca de informação entre diferentes entidades.

Será que esta informação está a chegar ao Exército da mesma forma que é trocada entre os serviços de informações, a PSP (Polícia de Segurança Pública), o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), etc.?

Será que, ao colocarmos indivíduos das forças especiais num regime de apenas seis anos, com contacto com material sensível, não temos de ter outra atenção e tratá-los de outra forma?

Não obstante, como comecei por dizer e como a Sr.^a Deputada também disse, e muito bem, de facto, temos homens que dão relevância estratégica a Portugal, ao serviço das Nações Unidas, ao serviço da NATO (North Atlantic Treaty Organization), ao serviço da União Europeia. Por exemplo, o Comandante do Regimento que vem aqui amanhã serviu comigo no Afeganistão e, quando serviu em África, foi evacuado de urgência.

E estamos a falar de quem está aqui, porque os militares do Regimento de Tomar que fizeram serviço em Tancos, durante esse período, integraram um aprontamento para o Kosovo e um aprontamento para o Iraque, em condições muito difíceis.

Devo dizer que os homens que voltam desses teatros nem sempre têm o acompanhamento desejável, em termos psicológicos. Costumamos falar da questão do Ultramar e ainda temos as consequências daquilo que lá se passou, mas os homens que passaram pela República Centro-Africana ou pelo Iraque ou pelo Afeganistão não têm experiências menos traumáticas.

Tudo isto tem de ser analisado, não só ao nível do Exército mas, de forma transversal, ao nível da Defesa, e acompanhado por diferentes entidades.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Coronel, devo concluir das suas palavras que é, de alguma forma, defensor da ideia de que, à semelhança do que se passa na Marinha, deveria haver a continuação dos praças no Exército?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sem dúvida, sem dúvida.

Repare: eu sou comando e paraquedista e, no caso de um paraquedista, de um SOGA, um saltador operacional de grande altitude, o Estado faz um investimento ao longo de seis anos e, ao fim desse período de treino, o

homem tem uma capacidade que é reconhecida por entidades onde Portugal tem assento. As missões que o Estado português determina são cumpridas de forma brilhante e, ao fim desses seis anos, o homem tem de se ir embora. Não quer, mas tem de se ir embora.

Lembro-me que, quando estive fora do Exército, em coordenação com o Sr. General Perestrelo, que na altura era o Comandante da Escola, tentámos encontrar uma solução para estes homens junto de outras entidades ligadas à segurança.

Mas até essa questão de ser uma vantagem ter servido o Exército anteriormente para ingressar noutras forças deixou de existir, porque no nosso País há igualdade de direitos e não podemos olhar pessoas de forma diferente.

Não havendo essa possibilidade, o caminho seria os contratos de longa duração. É um processo que se tem vindo a arrastar, é uma legislação que sei que está no bom caminho, mas demora, como tudo em Portugal.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Muito obrigada, Sr. Coronel.

Essa é, naturalmente, uma reflexão que o Exército tem de fazer e tem de tomar as suas decisões, tal como o Ministério da Defesa e o Governo.

De qualquer forma, digamos que é uma solução de compromisso, porque não poderemos voltar à questão do serviço militar obrigatório.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Não, não.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Deixemos essa questão para uma reflexão futura dentro do Exército e do Ministério da Defesa Nacional.

Voltemos às questões relacionadas com Tancos. Embora já tenha sido aqui afluído, pergunto: quando lhe foi entregue a responsabilidade de garantir a segurança dos paióis de Tancos, como é que avaliou o estado das

instalações? Foi dito aqui que havia insegurança. Qual era o estado da segurança das instalações?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Muito obrigado pela sua pergunta, Sr.^a Deputada.

O estado das instalações é o espelho de muitas outras instalações no Exército. Temos de ter consciência da realidade. Garanto que o orçamento para as Forças Armadas é gerido com a máxima responsabilidade, mas os homens têm de comer, há necessidades de equipamento e há armamento ligeiro que ainda é da Guerra do Ultramar, como a Sr.^a Deputada sabe.

Com o pouco que temos, tentamos fazer o melhor que sabemos e podemos. E foi isso que tentei.

Como referi anteriormente, em cada período de um mês em que os homens estavam de serviço, fazia questão de ir certificar-me pessoalmente das condições e ia junto de quem é responsável por essa matéria. Mas, sem os meios financeiros para o fazer, obviamente que não conseguíamos.

Naquilo que dependia das entidades responsáveis, garanto-lhe que tudo foi feito, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Também gostaria de lhe perguntar o seguinte: como é que era garantida a segurança e que meios é que utilizava nessas rondas e no exercício da sua função enquanto responsável por um mês da segurança dos paióis? Que meios utilizava? Faziam rondas móveis ou apeadas?

Falou-se bastante, na comunicação social, do facto de os militares que estavam ao serviço do Paiol Nacional de Tancos utilizarem armas sem munições. Gostava que pudesse detalhar um pouco mais essa circunstância e que referisse se corresponde à verdade.

Volto a perguntar: que meios é que utilizavam nessas rondas e nesse serviço de segurança?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Os meios e os procedimentos utilizados são aqueles que estão em vigor no Exército e para todas as unidades.

Para evitar acidentes que aconteceram no passado, a arma dos militares não está pronta a disparar de imediato. O homem tem a possibilidade de identificar a ameaça, de mudar o carregador que tem na arma e de colocar um carregador com munições. Esta é uma situação que não é só específica a nível nacional.

Se estiver num teatro, quando entra numa base, tem de tirar a munição que está introduzida e fazer as operações de segurança. Esses são os procedimentos.

Perdoe-me a expressão, mas em Portugal há a vontade de dizer que tudo está mal.

Depois dos incidentes que resultaram na morte de militares, foi definido que a arma não está imediatamente pronta a disparar porque isso pode originar um incidente. Mas isto não quer dizer que estes militares não tenham acesso a munições e que, em caso de necessidade, a arma não esteja rapidamente colocada em condições de fazer face à ameaça, que é, de facto, uma realidade.

Eles têm o seu armamento orgânico. No caso do encargo operacional do RI15, é usada a Galil pelos cabos e soldados e a pistola Walther, de 9 mm, pelo sargento. A munição não está e o carregador que está na arma não é o municiado. Mas eles dispõe de munições, de munições de reserva e têm os meios de comunicação que asseguram o apoio das unidades da zona e do RI15, que está, nomeadamente, a cerca de 30 ou 40 km.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Digamos que foi uma falsa questão levantada pela comunicação social, porque, afinal, estão na posse das munições, de acordo com as instruções e as normas aplicáveis à situação.

Com que frequência faziam as rondas?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr.^a Deputada, não tenho presente, neste momento, de quanto em quanto tempo eram feitas as rondas, mas tenho a certeza de que havia uma presença permanente no portão.

Quando alguém, bem ou mal-intencionado — e penso que isso acontece na maior parte dos casos e não só nas instalações militares —, se aproxima destas instalações, vai primeiro à porta. Se a porta não estiver guarnecida, vai entrando. Portanto, o portão era, de certeza, guarnecido em permanência.

Com o resto do pessoal, com o batalhão, o sargento que estava de serviço, consoante a sua experiência e a determinação que recebia da unidade a quem era dada essa tarefa e com o comando do tenente-coronel... Ele era «*briefado*» antes de ir para lá pelo seu comandante direto, porque o comandante do regimento usa o seu encargo operacional, o seu batalhão, que são cerca de 200 homens, para este tipo de missão. É o comandante direto e o próprio mor que, antes de mandarem os homens, se certificam de que estão a ser feitas da forma mais correta.

Não podemos dizer que as rondas são a determinada hora e de determinada forma, porque essa é uma maneira de fazer com que não exista segurança. As rondas deverão ser nas horas que o responsável, o sargento, considera mais propícias e deverão ser num determinado número e claro que ele responderá perante o mor que vai acompanhando o serviço e perante o seu comandante direto.

Não lhe posso dizer que a ronda era a determinada hora. Se assim fosse, quem quisesse ir lá, já sabia a que horas passavam e tentaria não ir a essa hora.

Não sei se respondi à sua pergunta.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sim, de alguma forma, respondeu.

Mas não é normal estar 20 horas sem ronda, como parece ter sido o caso no dia do incidente.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Não, não é normal, Sr.^a Deputada. Nem me parece que tenha sido esse o caso que testemunhei dos militares que estavam a fazer o serviço no paiol na altura em que comandeí.

Sempre que me desloquei lá encontrei militares motivados, responsáveis e com vontade de desempenhar da melhor forma a sua missão.

Não fazer ronda durante 20 horas não é... Não sei o que se passou, não vou comentar essa questão específica porque não aconteceu no meu período de comando, o que não quer dizer que não possa ter acontecido.

Posso dizer à Sr.^a Deputada que a minha ação disciplinar se manifestou sobre militares que estavam lá a prestar serviço, porque acompanhava de perto e, à mínima falha, exerci a minha ação de comando.

Acontece em qualquer situação e acredito que os camaradas das outras unidades que estiveram antes e depois de mim também tinham essa preocupação.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Era isso que lhe ia perguntar. Como é que se comprova que essas rondas são feitas? Quem fiscaliza a realização dessas rondas e de que forma?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — O oficial de dia, o comandante de batalhão... Há um grupo de entidades que pode a qualquer momento, sem ser anunciado, deslocar-se e verificar se o serviço está a ser efetuado.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Isso acontece com frequência?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Acontece com frequência, como lhe disse.

Eu, como comandante, não ia lá sempre; ia, no mínimo, uma vez durante esse período. O comandante de batalhão ia bastantes mais vezes, porque eram os seus homens, porque estava preocupado com as condições que tinham, que não eram as melhores, e porque é um isolamento. O comandante deslocava-se por diferentes questões, tal como o mor e o oficial de operações.

Dentro deste grupo, não indo todos ao mesmo tempo, há uma certificação de que as coisas terão...

É impossível estar um homem em frente de cada paiol e estar um superior hierárquico em permanência a ver se o homem está a fazer ou não. Há formas de conseguir perceber isso, mas, como sabe, depende de investimentos.

Conseguimos instalar, com muita dificuldade, uma câmara que percorre todo o regimento e cujas imagens podem ser visualizadas pelo comandante, pelo graduado de serviço, pelo oficial de operações. É uma câmara para todo o regimento. Aí o homem sabe que, se não o fizer, poderá estar a ser observado, além de existir a gravação das imagens. A Sr.^a Deputada sabe isto melhor do que eu.

Depois do que aconteceu e tendo em conta que esses investimentos não foram efetuados, arranjou-se outra solução. E penso que, infelizmente, depois do que aconteceu, aprendemos com os erros.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Penso que, sim, no mínimo, é isso que se espera.

Ontem, na nossa visita, pudemos ver que havia alguns ensinamentos que já tinham sido colhidos por parte do Exército.

Em relação ao material roubado, gostava que nos dissesse, na sua opinião, qual é a sua perigosidade e que hipotéticas utilizações podem ser dadas.

Já falou nas munições de 9 mm, e nós compreendemos isso — pelos acontecimentos recentes, percebe-se que se começam a ligar algumas pontas —, mas há outro material que também foi furtado.

Por isso, pergunto que utilizações hipotéticas é que se pode dar a esse material e qual a perigosidade disso, uma vez que não foi alterado o nível de alerta no nosso País, depois de ter sido dado conhecimento desse furto às entidades competentes.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Penso que, excetuando as munições de 9 mm, em relação às granadas, a quantidade de explosivo deste lote não será suficiente para considerarmos alterar o estado de alerta, até porque há formas de improvisar explosivos que permitem maiores quantidades. E aqueles que são mais capazes podem encontrar a forma de o fazer na *internet*.

As granadas ofensivas e defensivas não eram muitas e penso que também havia granadas de instrução. O rebentamento de uma granada de instrução, dependendo do sítio onde rebente, nem sequer causa grande

ferimento. Eu próprio já tive um rebentamento accidental de um detonador numa mão e não fiquei com nenhum defeito.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não ficou com nenhum defeito?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Não, não fiquei com nenhum defeito.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Nota-se!

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Mas há um camarada que teve um problema num dedo com o rebentamento de uma granada.

Isto para dizer que as granadas ofensivas são mais pelo barulho e pelo susto e as granadas defensivas, essas, sim, atuam por estilhaços. Ao improvisar um explosivo pode-se sempre colocar outro material, como pregos, etc. Podem ser feitos explosivos improvisados de diversos materiais.

Quanto à questão dos LAW penso que foi a que causou mais alarido. Os LAW são considerados uma munição e por isso é que estavam no paiol. Como sabem, é um foguete dentro de um tubo que, ao ser aberto, não pode voltar a ser fechado e só é utilizado uma única vez. Pode ser utilizado para abrir uma porta ou para parar uma viatura, mas não é muito prático nem fácil de esconder. Portanto, a sua utilização fora do âmbito militar — e sei por aquilo que a Sr.^a Deputada acaba de dizer e por aquilo que foi noticiado — não justificou a alteração do estado de segurança.

É, de facto, grave que instalações militares tenham sido violadas. Quanto à quantidade de material, não me parece que seja assim tão significativa, daí que se tenha repetido vezes sem conta as declarações do Sr.

General Rovisco Duarte quando disse que era uma «caixinha», o que não está muito longe da realidade.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A «caixinha» era outra coisa!

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Coronel, como o tempo de que disponho está a terminar, gostava que tecesse algumas considerações quanto à exoneração temporária dos vários comandantes na sequência do furto que ocorreu em Tancos. Ou seja, gostaria de saber se considera normal que tenha havido uma exoneração temporária ou uma suspensão — embora o termo utilizado tenha sido mesmo «exoneração temporária» — dos comandantes das várias unidades responsáveis pela segurança do Paiol Nacional de Tancos.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr.^a Deputada, já me tinha referido a essa questão dizendo que tenho a máxima consideração pelo Sr. General Rovisco Duarte e percebo que o tenha feito perante a gravidade dos factos.

Para ganhar um jogo de xadrez, costuma usar-se a expressão «temos de sacrificar a rainha». O Sr. General Rovisco Duarte usou o termo «exoneração» e, depois, mais tarde, falou-se em suspensão, e o Sr. General veio justificar isso.

Sublinho a atuação do Sr. General Rovisco Duarte. Penso que ele respondeu a esta questão quando considerou que era, segundo a sua estratégia, a opção mais adequada na altura.

Desconheço os dados que o Sr. General tinha, pelo que não vou estar a fazer um juízo da razão ou não dessa atuação. Acredito que, pela sua inteligência e superior capacidade, foi a melhor opção que lhe foi dada na

altura. Era isso ou não fazer nada. Para um chefe, é pior não fazer nada do que fazer alguma coisa, mesmo que depois tenha de se emendar o que foi feito, como aconteceu, e muito bem.

Solidarizei-me com o camarada que me substituiu mas não o fiz em manifestações exteriores ou declarações que foram na altura por aí publicitadas, as quais considerei de mau gosto, porque foi a instituição que perdeu. Pessoalmente, telefonei ao meu camarada e disse-lhe para se manter calmo porque tinha a certeza de que iria ser uma situação transitória.

Não tenho dúvidas de que qualquer um dos comandantes cumpriu da melhor forma que sabia e, como tal, a verdade foi reposta. E também não tenho dúvidas de que o Sr. General tomou essa decisão de boa-fé e com a máxima consideração e respeito pelos seus subordinados.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Coronel e Sr.^a Deputada Berta Cabral, que já preencheu integralmente o tempo destinado ao Grupo Parlamentar do PSD nesta ronda.

Segue-se o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Coronel Manuel Esperança e as Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Como se sabe, à data do furto do material de guerra do Paiol Nacional de Tancos, no dia 28 de junho de 2017, a segurança desse Paiol era coordenada pelo Comando das Forças Terrestres, através da Brigada de Reação Rápida, o que envolvia uma escala de empenhamento de meios humanos provenientes de quatro unidades. Eram provenientes do Regimento de Infantaria n.º 15, que o Sr. Coronel comandou, do Regimento de Paraquedistas, da Unidade de Apoio da Brigada de Reação Rápida e do

Regimento de Engenharia n.º 1, sendo que este último não fazia parte das tropas paraquedistas.

Também se sabe — e o Sr. Coronel já o disse — que cada unidade assegurava a segurança dos paióis apenas com um sargento, um cabo e seis soldados, portanto oito militares no conjunto.

Pergunto-lhe se confirma tudo o que referi, se era assim exatamente quando comandou o Regimento de outubro de 2013 a outubro de 2016 e se, na sua opinião, os assaltantes escolheram o período de tempo em que o Regimento de Engenharia n.º 1 estava a fazer a ronda pelo facto de não pertencer às tropas paraquedistas.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — É uma pergunta difícil, Sr. Deputado, porque me coloca na posição do assaltante.

É, de facto, uma ilação do Sr. Deputado que poderá, ou não, ser verdade.

Quando entrei para as tropas paraquedistas, dizia uma frase: «O paraquedista não é mais soldado do que os demais, é apenas o melhor soldado da Pátria». E tenho a certeza de que os soldados do Regimento de Engenharia também são os melhores soldados da Pátria. Portanto, não penso que se deva dizer que os paraquedistas ou os militares de engenharia guardam melhor os paióis. Mas, sabendo nós hoje que um dos suspeitos é fuzileiro, é possível que ele faça essa avaliação.

Pessoalmente, considero que são questões diferentes e todos os militares são igualmente bons.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito obrigado, Sr. Coronel.

As ilações não são minhas e eu pedi que o Sr. Coronel desse uma opinião sobre o assunto.

Refiro-me agora à questão das rondas, porque não fiquei devidamente esclarecido. Gostaria de saber se as rondas eram feitas com os oito militares ao mesmo tempo ou com dois, três ou quatro de cada vez, se eram montadas ou apeadas, qual o tempo de duração, se visitavam todos os paióis numa ronda — penso que são 18 ou 20 edifícios — e se no final faziam um relatório.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — No final, havia relatórios. Já respondi a essa pergunta. Havia um formulário e na diretiva estava determinado quais os documentos de referência, quais os relatórios a produzir e de que forma é que deveria ser efetuada a nomeação. Penso que seria útil terem acesso a essas diretivas que estão nos arquivos do Regimento, pois poderão esclarecer como é que estas questões que os Srs. Deputados me colocam eram determinadas.

Os militares dispunham de viaturas que poderiam ser utilizadas consoante a dimensão dos paióis. A capacidade de perceção do militar ao que o rodeia é superior quando faz uma ronda apeada e não quando faz uma ronda montada. Eram, de certeza, privilegiadas as rondas apeadas, e elas eram efetuadas.

Os militares não tinham de entrar nem contar o material de cada um dos paióis — são 18 edifícios —, tinham, sim, de verificar a vedação e, com este efetivo, seria verificada pelo menos uma vez, ou mais, durante este período, mas não necessariamente em todas as rondas. As rondas incidiam, sobretudo, no perímetro e no interior para verificar as intrusões. Mas o pessoal responsável pelos paióis, pela porta e pelas fechaduras dos paióis, como já referi, eram os funcionários da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército.

Os militares tinham a responsabilidade de se certificar de que não havia intrusão e foram eles que verificaram que a porta estava arrombada.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — De facto, a área do Paiol Nacional de Tancos é bastante elevada — tem 34 ha e de perímetro tem 2700 m — e havia apenas oito militares para fazer a segurança dessa área.

De acordo com algumas informações que nos chegaram, parece que nos anos 80 a segurança estava a cargo de 44 militares — 1 oficial, 5 sargentos, 4 cabos e 34 soldados — e, em 2007, o Comando das Forças Terrestres operou uma reestruturação aos efetivos de segurança reduzindo para esses oito militares. Foi uma redução de quase 80%.

Pergunto ao Sr. Coronel se esta redução de efetivos terá contribuído, e de que forma, para o roubo do material militar, tendo em conta que as forças seriam exíguas, insuficientes, para operar e fazer as devidas e adequadas rondas.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr. Deputado, iniciei a minha intervenção tentando corrigir essa ideia de que houve uma diminuição tão drástica do pessoal de serviço.

A realidade do serviço militar obrigatório aponta para esses números de um pelotão do Exército, mas podemos verificar, nomeadamente nas cerimónias militares, que hoje em dia um pelotão não tem 44 militares. Aliás, um pelotão, normalmente, teria cerca de 30 militares. Esse pelotão devia ser orgânico dos anos 80.

Repare que — e eu já sou velho — comecei o meu serviço militar em 1980, exatamente. Nos anos 80, esse pelotão já não era a realidade. Lembrome de, num regimento de infantaria, o batalhão já não ser a quatro companhias. Seria a três ou duas. Desses 40 militares, só desse pelotão...

Sr. Deputado, se me permite, tem de olhar para aquilo que é o regulamento de serviço das unidades do Exército e o que lá está escrito é que o militar, depois de fazer 24 horas, não pode ser nomeado num período de

48 horas. E isto é no limite. Ora, com 44 militares, eles só podem lá colocar um terço. Portanto, rondará pouco mais de 10 militares. Reduzimos para oito, mas oito retirados de um efetivo de 200.

Claro que a missão primária destes militares não era o serviço neste paiol. Com estes 200 militares, fizemos o aprontamento da missão para o Kosovo, fizemos uma missão de treino para o Iraque, tínhamos um pelotão aos incêndios, tínhamos pessoal de serviço, uma companhia em Tavira, durante o período do Verão, que fazia a vigilância da serra, tínhamos as cerimónias fúnebres.

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Não chega para tudo!

O Sr. Cor. Inf. Manuel Joaquim Vieira Esperança: — Chegávamos, por vezes, a dizer: «Se for a diversas cerimónias, se for ao 10 de Junho, se for ao Dia do Exército»... Os homens que lá estão são os mesmos, por vezes, quatro fins-de-semanas seguidos. Depois, ainda temos de os colocar, também de fim-de-semana, de serviço no paiol de Tancos.

Esta é a realidade. Mas não houve esse decréscimo tão drástico de pessoal, pessoal considerado necessário pelo levantamento da ameaça que foi feito no Comando Operacional das Forças Terrestres, que determinou que eram oito militares, nomeados pelo regimento.

O Sr. João Vasconcelos (BE): — Sr. Coronel, de acordo com o relatório que chegou ao Parlamento, à Comissão de Defesa Nacional, intitulado *Tancos 2017: Factos e Documentos*, do Ministério de Defesa Nacional e de março de 2018, o sistema de sensores, que vinha desde a década de 90, foi desligado logo no ano de 2000, depois de se tornar «ineficiente», palavra que vem lá expressa. Em 2006, o sistema de videovigilância, também da década de 90, estava «obsoleto». Estas são

palavras que aparecem no relatório. Em 2012, «todo o sistema de videovigilância acabou por ser considerado inoperacional e irreparável, por inexistência de sobressalentes, e, em 2013, foi classificado como obsoleto, datando desse ano o levantamento da necessidade de um novo sistema» de videovigilância.

Como se sabe também, em 2015, o sistema de videovigilância foi integrado no chamado SICAVE (Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Vigilância Eletrónica), para permitir uma gestão integrada e global de todo o sistema de videovigilância do Exército. Curiosamente, o projeto SICAVE, envolvendo os Paióis Nacionais de Tancos, foi aplicado, ou estava a ser executado, noutras áreas do Exército, exceto nos Paióis Nacionais de Tancos, mas estavam mais ou menos a ser operacionalizados à volta de 2017. Pelo menos em 2017, segundo aquilo que lá vem, era para ser executada uma unidade dessa videovigilância.

Sr. Coronel, para nós, no Bloco de Esquerda, é um facto que este período de degradação dos sistemas, considerados obsoletos, apanha um grande período de tempo, desde o ano de 2000, 2006, 2012, 2015. Efetivamente, nisto somos responsáveis, quer se queira, quer não. Tivemos Governos que foram os principais responsáveis.

O que pergunto ao Sr. Coronel é se confirma tudo o que eu lhe disse, o facto de os sistemas estarem obsoletos e a videovigilância também.

Na opinião do Sr. Coronel, o que terá levado os Governos a não se preocuparem com a videovigilância dos Paióis Nacionais de Tancos, considerados uma infraestrutura militar de área extensível? O Sr. Coronel já levantou algumas hipóteses. Terá sido falta de recursos financeiros? Terá sido incúria ou mesmo irresponsabilidade?

Se o Sr. Coronel pudesse explicar um pouco mais sobre esta situação, agradecia.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr. Deputado, penso que as dificuldades financeiras são transversais e não são só uma questão das Forças Armadas. Tenho consciência de que as Forças Armadas sofrem desta realidade mas continuam a cumprir as suas missões e continuam a ter uma grande relevância estratégica para Portugal e para a manutenção das suas alianças fundamentais, para aquela que é a afirmação nacional.

A prioridade da utilização desses recursos é da responsabilidade das chefias militares e não tenho dúvidas de que é discutida e manifestada junto do Governo. Sei isso porque, como comandante de unidade, participava nas reuniões de comando do Exército, que são, de facto, uma realidade.

Sobre a sensibilidade de cada uma das instalações e a prioridade, temos áreas de diferente sensibilidade. Os carros de combate Leopard, em Santa Margarida, são, talvez, daquilo que temos de mais sensível no Exército. O investimento que foi feito... Estou a dar este exemplo, mas não me cabe a mim nem estou a concordar que tenha sido essa a opção. São questões estratégicas, decididas a nível do Governo e a nível das chefias militares, mas é só para explicar ao Sr. Deputado que as dificuldades por que o País passou na altura não permitiram a utilização de recursos e sentimos isso.

Tínhamos essa perceção e, daí, a nossa preocupação em acompanhar os homens, porque tínhamos consciência de que a vedação e os meios de segurança eletrónica não eram os que gostaríamos de ter, mas ninguém tem a última palavra em material. Resultou nesta questão que agora aqui estamos a discutir.

É uma realidade e hoje, provavelmente, é fácil dizer que essa terá sido uma opção que poderia ter sido de forma diferente. Na altura, quem de direito tomou as decisões que tomou consciente e acredito que foi o que conseguiu

fazer perante a disponibilidade que tinha daquilo que o País coloca, com dificuldade, à disposição das Forças Armadas.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, coloco-lhe mais duas questões: na sua opinião, o facto de os sistemas de videovigilância se encontrarem degradados, obsoletos e inoperacionais terá contribuído para potenciar o roubo? Na sua opinião, os ladrões terão ficado descansados, porque não seriam detetados?

Colocando noutra perspetiva, o facto de o Sr. Ex-Ministro da Defesa ter iniciado os procedimentos em maio e junho de 2017, visando a reconstrução da vedação periférica exterior, e até estar prevista a execução da videovigilância, terá levado os ladrões a atuar jogando na antecipação, aproveitando o momento?

Peço a opinião do Sr. Coronel sobre estas duas questões, a primeira colocada de uma forma e a segunda de outra.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr. Deputado, peço-lhe imensa desculpa, mas estamos a entrar numa questão que sai da competência do Comandante do Regimento de Infantaria n.º 15.

Penso que avaliar por que é que os suspeitos entraram naquela altura é algo que a Polícia Judiciária poderá responder melhor. Se eles sabiam que não havia videovigilância e como é que sabiam, isso é algo que terá de ser objeto de uma investigação.

Tenho muita pena de não responder de forma mais completa à sua questão, mas compreenda, por favor, que isto sai um pouco do âmbito daquilo a que posso responder. Mas posso responder por conhecimento, porque, como lhe disse, respondo com a máxima abertura a todas as questões que me são colocadas.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, na audição que foi feita na Comissão de Defesa Nacional esteve o Sr. General Rovisco Duarte, que era chefe do Estado-Maior do Exército. Ele referiu — não estou a revelar nenhuma inconfidência, porque isto veio a público na comunicação social — que o que tinha acontecido nos Paióis Nacionais de Tancos tinha a ver com erros estruturais e sistémicos, e que houve cumplicidade interna, desleixo e falta de supervisão, sendo as responsabilidades todas militares. São questões que o Sr. General referiu na altura.

O que queria perguntar ao Sr. Coronel é se concorda com estas afirmações do Sr. General Rovisco Duarte.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas a questão de concordar ou não com as declarações do Sr. General Rovisco Duarte... Como já disse antes, ele procedeu dessa forma com base, certamente, em informação que não tenho. Não afirmo nem sublinho, mas acredito que ele tenha acesso a factos que desconheço.

Se os militares tinham incúria e se houve... Como já disse, temos a noção de preparar os homens para estes teatros. Têm origem em determinadas... Atenção, não estou a dizer que são menos cidadãos do que os outros portugueses, mas vivem outras realidades, e, vivendo noutras realidades, poderá, de facto, haver algum desvio e somos nós os responsáveis por identificar esses desvios, não só na legislação que lhes é aplicável para permitir que eles se sintam mais realizados na carreira como naquilo que é o acompanhamento diário das suas condições de trabalho, nos contratos a que possam aceder.

Não posso afirmar mais do que isto e se o Sr. General Rovisco Duarte proferiu essas afirmações, ele poderá esclarecer por que o fez e, se entender, quais os factos de que tem conhecimento que o levaram a dizê-lo.

Interpreto desta forma.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado ao Sr. Coronel e ao Sr. Deputado João Vasconcelos, que esgotou o tempo reservado ao Bloco de Esquerda nesta ronda.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia, em nome do CDS-PP.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Coronel Joaquim Vieira Esperança, agradeço, antes de mais, por estar connosco e pelos esclarecimentos que prestou até este momento.

Numa breve introdução, queria dizer-lhe, Sr. Coronel, que não vou fazer perguntas sobre a sua opinião política, sobre a evolução das carreiras ou mesmo sobre o recrutamento e sobre as melhores zonas de recrutamento dos militares consoante as funções que tenham de desempenhar. Não vou perguntar-lhe nada sobre isto, vou tentar, tanto quanto possível, ser concreto e objetivo nas questões que irei colocar hoje.

Tínhamos aqui um conjunto de paióis, ou, enfim, de paiolins, entregues a várias unidades e pergunto-lhe: quais eram, exatamente, os que estavam à guarda, ou melhor quais é que eram geridos — não era à guarda, porque a guarda era conjunta e era alternada — pelo RI15? Pode dizer-me quem é que geria, designadamente, os paiolins 14 e 15?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr. Deputado, o RI15, e as unidades com responsabilidade de nomear estes oito militares, não tinha a responsabilidade por um paiol específico.

A responsabilidade era pelo controlo de entradas e para segurança contra intrusão da área de todos os 18 paióis. Qualquer destas unidades tinha esta responsabilidade. Esta era a missão estabelecida pelo comando superior.

Quem tinha acesso aos paióis, a chave dos paióis, e entrava lá eram os funcionários civis.

Portanto, se o Sr. Deputado lá esteve, naquele edifício administrativo, por assim dizer, viu a primeira parte, que era ocupada por estes oito militares e, logo a seguir, há umas instalações onde estão funcionários, que são funcionários administrativos — aliás, há muitos funcionários civis na Unidade de Apoio Geral de Material do Exército — que depois têm acesso aos paióis e fornecem o material que é solicitado pelas unidades, que só têm no seu paiol o material para a utilização em treino, para a utilização no serviço diário, que é retirado desses paióis. Os funcionários recebem essas requisições, vão aos paióis, fornecem esse material, voltam a fechar os paióis, mantêm a carga — ou seja, o registo do que sai e do que existe —, não são os oito militares que o fazem.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Deduzo, da sua resposta, que qualquer uma das unidades podia requerer material dos paióis 14 e 15.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — A Unidade de Apoio Geral de Material do Exército fornece todas as unidades do exército, em material diverso e nas munições.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Portanto, qualquer uma o poderia solicitar?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Pode requisitar.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Passando adiante, a primeira questão, que já aqui foi aflorada — e vou pedir-lhe para ser um bocadinho

mais específico, porque a questão não é nova —, é uma questão de ponto da situação.

O Sr. Coronel esteve lá de outubro de 2013 a outubro de 2016, saiu — diria, em boa hora — oito meses antes do furto de Tancos. A questão aqui é a de saber se houve ou não um ponto de situação, logo à partida, em relação à sua entrada e ao início de funções.

Não foi o Grupo Parlamentar do CDS que pediu a sua audição nesta Comissão — pedimos muitas outras, mas não pedimos esta —, foi o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que a pediu, e por isso iniciou esta audição, no entanto, não foi pedido o relatório de posse de comando de V. Ex.^a. Pergunto-lhe, assim, diretamente, se nesse relatório de posse de comando, tanto quanto se recorda, existem preocupações, constatações, reconhecimento de dificuldades ou do que poderia, de alguma forma, dificultar o cumprimento da missão e a garantia de segurança dos paióis nacionais de Tancos.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr. Deputado, o comando de uma unidade é responsabilidade de uma equipa que tem um comandante, um segundo comandante, um mor, um Estado-Maior. O Estado-Maior tem diferentes unidades, depois diferentes secções. A orgânica da unidade não depende, única e exclusivamente, do comandante e, em algumas situações... Aliás, eu assumi o comando em 2013 mas fui comandante em substituição, durante quase 3 meses, em 2011, porque o comandante anterior, de quem eu fui segundo comandante, deixou de assumir funções e o comandante de quem depois, mais tarde, recebi o comando, se encontrava em missão no Afeganistão.

Portanto, esta passagem do comando não é feita única e exclusivamente pelo comandante, é feita por toda uma equipa. Quem assume

funções recebe o *briefing* da unidade e o oficial de operações refere todas estas questões e, sem dúvida, a questão dos paióis de Tancos.

No relatório de posse de comando não tenho, neste momento, ideia do que é que escrevi, especificamente, mas o relatório de posse de comando tem, depois, tudo o que são os relatórios dos diferentes órgãos dentro do regimento e nesses há, de certeza, referência aos paióis de Tancos.

Na altura em que assumi o comando do regimento, essa não era a única questão. Tinha também problemas graves com as arrecadações dentro do regimento. E foram feitas alterações bastante significativas a esse nível. Tinha todos os telhados com amianto, que foram substituídos. Tinha os homens a dormir em casernas com amianto e com infiltrações. Essa era também uma preocupação minha.

Portanto, se me debrucei sobre os paióis de Tancos? É evidente que sim. Mas não era a única preocupação e havia, no regimento, outras entidades que tratavam do assunto e que discutiam comigo, enquanto comandante, e que discutiram, certamente, com o comandante seguinte e com o anterior, nomeadamente um oficial de operações e o comandante do encargo operacional, que era quem fornecia os homens.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Coronel, temos, seguramente, responsabilidades mais alargadas e não é isso que está em causa.

No entanto, a pergunta era objetiva, o Sr. Coronel, em certa medida, não se recorda, ou não nos diz se se recorda ou não. Tentaremos ver e pediremos, obviamente, o documento, para poder esclarecer essa matéria.

Chamo só a atenção para o facto de esta questão que, não sendo eu um especialista nesta matéria, me chamou a atenção, logo à partida, porque o chamado «relatório de posse de comando» do seu sucessor, diz, expressamente, o seguinte: «atuais deficiências em pessoal condicionam a

ação e a capacidade de resposta de algumas áreas fundamentais». Portanto, isto está no relatório do seu sucessor.

O que lhe estava a perguntar era desde quando é que isto vem, uma vez que a sua responsabilidade é anterior, até, a estes acontecimentos, para saber se já nessa altura, ou não, este problema — que o seu sucessor identifica de forma claríssima — estava ou não identificado. Bem como outras dificuldades e outros problemas que pudessem existir.

Os Srs. Deputados que estiveram ontem presentes denotaram que já não é assim, mas uma das questões que tem sido muito referida como podendo dificultar, era a tal existência — é uma pergunta muito terrena, no caso até algo vegetal — de muito mato à volta da zona dos paióis, o que tornaria mais difícil a identificação, a vigilância, a guarda e a própria realização das rondas por parte dos militares.

Quando lá chegou, era assim ou não era? Estava resolvido ou não estava? Havia mato com uma altura significativa? Nunca houve? Deixou de haver? Enfim, é uma pergunta tão objetiva quanto possível.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr. Deputado, em relação às dificuldades de pessoal, elas sempre existiram e foram, de facto, referidas. Mas recordo-me de, numa altura, com uma entidade externa, estar a falar das dificuldades de militares, sobretudo ao nível de soldados, mas essa necessidade no regimento não era só ao nível de soldados. Como já disse, durante 3 meses, como tenente-coronel, comandeí o regimento porque o comandante se encontrava em missão no Afeganistão.

Durante um período tive extrema dificuldade em graduados, e aí a dificuldade de enquadramento foi muito notada, porque tive de enviar — tive de enviar, isto é uma forma de expressão, enviou o País, mas foi o regimento que aprontou — uma equipa de instrução para o Iraque, que era composta,

sobretudo, por sargentos e oficiais. É um facto, a dificuldade em pessoal no regimento, e transversal ao Exército e às Forças Armadas.

Em relação à questão do mato, já aqui respondi: foi identificada, foi limpo o mato e, certamente, o mato cresceu e outras vezes terá sido limpo. Isto é uma dificuldade no paiol — e aí o problema era resolvido pela engenharia — e é uma dificuldade noutras unidades. A limpeza das zonas contíguas à vedação faz parte dos procedimentos e foi, de facto, efetuada durante o período em que eu comandeí. Acredito que tenha sido novamente, porque o mato vai crescendo, era uma situação a resolver em período posterior.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Mas havia uma prática regular dessa limpeza?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr. Deputado, a prática regular é pelo crescimento do mato e pela verificação das dificuldades.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — É que consta que, na altura do roubo, o mato teria 1,5 m de altura. Isso não me parece normal e, provavelmente, alguma coisa devia ter sido feita.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Desconheço, porque não me encontrava em funções na altura.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Por isso lhe pergunto: qual era a prática, no seu tempo? Isto acontecia algumas vezes ou normalmente tinham esse cuidado, sistemático, de limpeza?

É isso que estou, no fundo, a perguntar-lhe.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Havia esse cuidado. Lembro-me que foi uma questão levantada, porque ultrapassava o que era razoável. No nosso entender, foi resolvida no período em que comandeí.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Por outro lado, Sr. Coronel, ainda sobre a questão das rondas — já lhe foi perguntado também e o Sr. Coronel deu-nos, até, uma resposta interessante e que me parece lógica, dizendo que uma periodicidade sistemática poderia ter, até, um efeito contraproducente, o que me parece óbvio —, seguramente, havia uma NEP e havia uma prática.

Pergunto-lhe: no seu período de comando o que é que estava nessa mesma NEP e qual era a prática seguida por V. Ex.^a enquanto Comandante, enquanto responsável por esse comando?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr. Deputado, a NEP é da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, fazia parte dos documentos de referência na diretiva que era emanada sempre que se fazia segurança aos paióis de Tancos, e era documento de consulta de quem fazia... de quem tinha responsabilidade.

Sobre o que está, especificamente, nessa NEP, só consultando a dita. Neste momento, não tenho acesso, porque, como disse, estou na reserva. Mas a resposta estará, certamente, nessa NEP.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Voltando à questão dos sistemas de proteção e de vigilância e ao sistema sensorial, pergunto-lhe se isto foi, ou não, detetado como preocupação principal por si, independentemente de todas as outras preocupações, designadamente com os homens, com a sua

instalação, etc., mas que não são objeto desta Comissão. É uma preocupação gravíssima, como é evidente, mas não é o objeto desta Comissão.

No objeto desta Comissão, o que sabemos, e estamos a falar de documentos oficiais, é que o sistema sensorial foi desligado em 2000 e que a Escola Prática de Engenharia informou, em final de 2006, que o sistema de vigilância estava obsoleto. Portanto, em relação a isto, Sr. Coronel, pergunto qual foi, obviamente tendo conhecimento destes factos, a sua reação ou a sua atuação em relação a esta circunstância quando chegou.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr. Deputado, penso que já respondi a esta questão.

A responsabilidade das instalações não era do Regimento. O Regimento nomeava oito homens de serviço.

Constatando aquilo que o Sr. Deputado acaba de dizer, no Regimento, acompanhámos com a maior preocupação aquele que era o desempenho dos nossos homens, porque, com essa realidade, é óbvio que os homens tinham uma missão mais crítica. Daí que existisse essa preocupação.

Tínhamos conhecimento dessa realidade, é um facto, comunicámo-la, mas essa é uma questão que deve ser colocada à unidade responsável pelas instalações. Tentei já dar aqui algumas razões em relação àquilo que são as prioridades e as dificuldades financeiras, mas não me cabe a mim responder se deveria ter tido outro tipo de atuação, porque não fazia, de facto, parte das responsabilidades do Regimento.

A missão era a de fornecer os oito homens e, claro, ter a necessária ação de comando sobre esses homens que eram fornecidos pelo Regimento, missão/tarefa atribuída pelo escalão superior.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Coronel, a questão, de facto, é que somamos dois factos e esses são de um período coincidente. Em 2006,

temos esta informação claríssima de que o sistema de vigilância está obsoleto. E, perante isto, o que é que acontece? Essencialmente, no mesmo tempo, ou no momento imediatamente subsequente, o número de homens é reduzido de 44 para 8.

O Sr. Coronel já nos deu algumas opiniões sobre — e quem sou eu para entrar nessa discussão — a dimensão de um pelotão ou de uma secção. Sabemos que, em princípio, o pelotão teria os tais 44 homens que lá estavam, mas passou-se de um pelotão para menos de uma secção, que teria normalmente 11 homens. Já nos disse que um pelotão poderá não ter exatamente os 44 e que uma secção pode não ter exatamente os 11.

Mas, independentemente disso, porque não é isso que está em causa, o certo é que passámos, mais ou menos, de um pelotão completo, para menos de uma secção. Essa é a questão.

Sr. Coronel, é evidente que quando se faz as duas coisas em simultâneo, ou seja, quando se chega à conclusão de que o sistema de vigilância não funciona e está obsoleto e se reduz de 44 para 8 o número de homens, a circunstância... Enfim, um crime é sempre um crime. Não desejamos que os haja, mas a ocasião, às vezes, faz o ladrão e aqui a ocasião parece ser algo convidativa.

Independentemente de outras opiniões, independentemente de chefias ou do que for, deixo-lhe como pergunta direta se o número de homens era ou não suficiente para a missão que estava em causa — na sua opinião, não na opinião do General Rovisco Duarte ou na de outros comandantes. Na sua opinião, o número de homens era ou não era suficiente?

Não vou pegar na opinião do General Rovisco Duarte de que o problema não era de pessoal, mas de coordenação, mas vou perguntar-lhe se, na sua opinião, estamos perante um problema de pessoal ou de coordenação, designadamente entre as várias unidades, e de necessidade de uma chefia comum.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr. Deputado, vou tentar responder, mas a questão que me coloca tem aqui, assim, um período em que, como disse, e muito bem, teria de fazer um exercício de opinião e não do que são as minhas funções enquanto comandante do Regimento de 2013 a 2016. Está a falar-me na redução de 2006 e em 2006 estava eu em África. Em 2006, estava em África, muito longe desta realidade.

Acredito que essa tenha sido uma questão pertinente, mas a realidade que encontrei foi que, em 2013, tinha de fornecer oito homens e, quando saí, em 2016, eram exatamente os mesmos oito homens.

Em relação à coordenação entre as unidades, ela era feita pela Brigada de Reação Rápida que era a entidade primariamente responsável. Não senti dificuldade em relação a essa coordenação.

Sobre a questão de haver ou não haver homens, não podemos olhar para os oito homens. Quando temos oito homens de serviço em permanência, isso significa que temos, pelo menos, o triplo. Mas não é o triplo, é mais! Isto porque o triplo é num curto período, se entrarmos com fins-de-semana, com férias, temos de ter mais... Portanto, se considerarmos que é razoável, para ter em permanência oito homens, ter quatro vezes isso, temos 32.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Já é o tal pelotão! É sensivelmente ao que tinha antes!

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sim, sensivelmente igual ao que existia antes.

Não sei se respondi à sua pergunta, Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sim, mas também não tenho mais tempo para insistir.

O Sr. **Presidente**: — Para concluir a primeira ronda, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Coronel Esperança, obrigado pelo depoimento que fez até agora.

Tentando sistematizar algumas ideias, a primeira pergunta que lhe queria colocar, porque parece, de alguma forma, desvalorizar-se a questão, é: qual é a sensibilidade do Paiol Nacional de Tancos? Isto do ponto de vista militar e do ponto de vista da segurança.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — É elevada, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não estamos face a uma chafarica, nem a uma cozinha...

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Não!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — ... por muito respeito que as cozinhas merecem e tenham a importância logística que têm.

O Sr. **Presidente**: — E já agora as chafaricas também!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Face a este cenário, de alguma forma as questões já lhe foram colocadas, mas o Sr. Coronel não respondeu.

Até 2007, tínhamos um oficial, cinco sargentos, quatro cabos, 34 soldados em permanência na segurança desta unidade. A partir de 2007, foi tomada uma decisão operacional de reduzir para seis soldados, um cabo e um sargento.

O Sr. Coronel já nos deu a resposta do ponto de vista da razão pela qual esta opção foi tomada: ao Exército foi pedido para aprontar pessoal para o Iraque, para a RCA (República Centro Africana), para as missões NATO, para os fogos, para isto e para aquilo.

Portanto, alguma coisa tinha de cair e o que nos está a dizer é que a opção política, e aí as chefias também têm responsabilidades — digo-o com toda a frontalidade —, foi a de reduzir o efetivo no âmbito da segurança.

A pergunta foi colocada de uma forma muito clara. Sr. Coronel, peço-lhe que tente responder sim ou não. Face à sensibilidade das instalações que referiu, oito militares — seis soldados, um cabo e um sargento — são ou não suficientes para o cumprimento da missão?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr. Deputado, com todo o respeito que me merece, não está na competência do Regimento fazer essa avaliação.

Em termos pessoais, repito, em termos pessoais, tenho a dizer-lhe que o soldado de hoje não é igual ao soldado de há 20 anos. O soldado paraquedista a montar segurança no paiol é diferente do soldado do SMO de há 30 ou de há 20 anos.

Portanto, esta redução não é muito significativa e, se as instalações tiverem os meios auxiliares necessários, este efetivo, naquele grau de ameaça, que não era considerado crítico, na minha opinião, é aceitável. Mas queremos sempre mais. Ficaria mais descansado se tivesse um homem em cada torre, se tivesse outras condições.

Mas sabemos que temos de trabalhar, não descurando nunca a segurança, mas com o considerado suficiente. Os meus camaradas do Comando Operacional determinaram que seria assim e, na minha opinião pessoal, perante os dados da situação e não considerando as deficiências que já foram sobejamente faladas de âmbito técnico e das instalações, será.

Contudo, há outras questões, nomeadamente as declarações do Sr. General Rovisco Duarte em relação àquilo que poderão ser eventuais questões que desconheço e que terão de ser levantadas noutra âmbito.

Para o militar do Exército português, seja paraquedista, seja de engenharia, oito militares que atuam como duas quadras, cada esquadra com duas parselhas, mesmo considerando a dimensão daquelas instalações, perante o grau de ameaça, era o mínimo que podia ser exigido.

Poderia não ser o aceitável, mas era o mínimo. Aliás, aceitável, não, desejável, mas era o mínimo e estava dentro dos padrões do que nos foi ensinado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Já temos uma resposta mais conclusiva: é o mínimo, não é o desejável. Ficamos com essa resposta.

O seu pressuposto é o de um «se». Qual é o pressuposto? É que as instalações tivessem as condições materiais de segurança adequadas.

O Sr. Coronel já nos disse na audição de hoje que as condições materiais, físicas das instalações degradadas como estavam eram o espelho do funcionamento das nossas Forças Armadas e do desinvestimento nessas Forças.

Partilhamos essa preocupação, sabemos que não tínhamos videovigilância...

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas não falei em desinvestimento nas Forças Armadas.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Essa parte é minha! Mas é o espelho.

O Sr. Coronel disse que era o espelho do funcionamento das Forças Armadas, nomeadamente do Exército, tendo em conta as limitações orçamentais. Salvo erro, foi essa a expressão que utilizou.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Peço desculpa, não sublinho essas declarações, porque as Forças Armadas cumprem missões no âmbito da NATO, das Nações Unidas, estão na RCA e isso é um esforço considerável para o País. É uma questão de prioridades, é diferente!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Exatamente! E concordámos consigo, porque, precisamente, as prioridades têm de ser definidas e há umas que caem e as que caíram foram as que se verificou que ficaram por fazer.

Mas o Sr. Coronel disse que o pressuposto de estes oito militares serem suficientes era com base em condições materiais que não existiam. Isto é, as instalações físicas estavam extremamente degradadas e a videovigilância, pura e simplesmente, não existia.

Portanto, neste cenário, podemos concluir que os oito homens alocados à segurança da unidade eram insuficientes, pois esta escolha de oito homens não é independente das condições objetivas em que se faz a vigilância desta unidade. Tendo em conta as condições objetivas, eram ou não insuficientes?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr. Deputado, obrigado pela sua pergunta, mas permita-me que lhe diga que oito homens não é uma força tão desprezível.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não estava a dizer isso!

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Nós temos uma força reduzida na RCA, reconhecida pelo comandante da força na RCA, que tem efetuado missões, apesar do seu efetivo reduzido, contra opositores em número muito maior e, muitas vezes, não são muito mais do que um pelotão. Portanto, oito homens, oito militares portugueses a montar segurança num paiol são já uma força considerável.

Que o Exército tem dificuldades em relação a efetivos, que este será o efetivo mínimo que tenha sido considerado, não tenho dúvida. Perante aquelas que são as dificuldades que existem em termos de pessoal, foi a opção tomada, mas de forma consciente. Porventura, tivemos este caso, porque outros fatores contribuíram para que isto assim tenha acontecido.

Não tenho dúvidas de que quem roubou o material de Tancos fez uma análise da força que estava presente na altura, das condições da vedação, das condições técnicas. Não tenho também dúvidas de que encontrou vulnerabilidades que terão de ser equacionadas ou terão de ser verificadas, porque não foram equacionadas. Mas esta é uma questão que me ultrapassa.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Coronel, quando assume o comando da unidade fez com certeza uma avaliação das condições em que os seus homens iam trabalhar e constatou o óbvio, isto é, a degradação das condições materiais das instalações e a ausência de qualquer meio de videovigilância que permitisse ser dissuasor e, assim, auxiliar os seus homens.

A pergunta que queria colocar-lhe tem que ver com um comentário feito sobre a resposta do Deputado Ascenso Simões. O Sr. Deputado disse, a determinada altura, que relativamente a estas questões «havia conversas», isto é, quando lhe perguntam se reportava ao seu superior hierárquico dizia que «havia conversas». Responder que «havia conversas» é muito vago, pode ser uma conversa de caserna ou de bar ou de messe e não ter significado absolutamente nenhum. Reportou ou não, por escrito, as dificuldades que encontrou nestas componentes, ou seja, nas vedações e na ausência de videovigilância que, objetivamente, comprometiam ou dificultavam o trabalho dos seus homens?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — O comandante desta força, o sargento, cada vez que faz o seu período de serviço elabora um relatório, que é entregue nas operações. As operações produzem um relatório com toda esta informação para o escalão superior, portanto este fluir da informação é, por assim dizer, automático.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Permita-me que o interrompa para lhe dizer que não é a esses relatórios que nos estamos a referir.

A pergunta que faço é se, face às condições materiais que encontrou — a degradação das instalações e a ausência de qualquer meio de videovigilância — reportou por escrito ou não ao seu superior hierárquico.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr. Deputado, todos os relatórios que saem do Regimento são do comandante, como é óbvio.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Identificou estas questões em concreto ao seu superior hierárquico? Sim ou não?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Os relatórios que saíam das operações eram relatórios que tinham esta informação.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Muito bem. Isso é importante para nós, para percebermos que há transmissão de uma informação para o seu superior hierárquico que, objetivamente, não podia ignorar as condições em que estavam a trabalhar. Isso parece-me relevante.

Sr. Coronel, há uma outra pergunta que gostaria de lhe fazer. Quem é que sabia do inventário? Qual era o material que estava em cada uma das unidades do Paiol Nacional de Tancos?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — São os funcionários da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército que fazem esse controlo do material que está dentro dos paióis.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Portanto, o pessoal que faz a ronda não tem noção do material que está em cada um dos paióis?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Não tem acesso ao interior dos paióis.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sabe se havia alguma rotatividade do material entre os paióis ou se estavam de alguma forma fixos e ficavam lá para sempre?

Portanto, quem tivesse acesso à informação saberia que, com certeza, iria encontrar naquele paiol um determinado material militar?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Não tive conhecimento dessa rotatividade, mas os homens, permanecendo 24 horas, poderão tentar perceber. Repare, quando é fornecido material, os homens que estão lá veem onde se vai buscar o material.

Mas eu não tinha conhecimento, nem eles tinham...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não tinham oficialmente essa informação?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Não tinham oficialmente essa informação, mas eles estavam a controlar o acesso, por isso viam onde é que se ia buscar as coisas. Não estavam necessariamente lá presentes, nem deveriam estar. Quem lá estava era quem ia buscar o material, mas isso não são só eles. Quem lá vai buscar o material também tem essa informação.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sabe se havia alguma prática de rotatividade do material para que não estivesse sempre no mesmo sítio, sem ser para uso por parte do Exército? Para efeitos de gestão de *stock* e para inventário, havia rotatividade entre os paióis ou o material estava, de alguma forma, fixo naquele mesmo paiol? Para quem tivesse domínio do inventário, havia algum grau de certeza de que aquele material estaria num determinado sítio?

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Desconheço se havia essa rotatividade, mas parece-me pouco prática, porque os paióis têm condições de humidade e de temperatura adequadas a diversos tipos de material. Portanto, parece-me pouco prático que existisse uma rotatividade.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, não tenho mais perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Nos termos regimentais, seguir-se-á uma segunda ronda, em função das descrições dos grupos parlamentares.

Nesta segunda ronda, a sequência já será por ordem decrescente dos grupos parlamentares, o que quer dizer que começará o Grupo Parlamentar do PSD. A indicação que tenho é de que a primeira intervenção será a da Sr.^a Deputada Joana Barata Lopes, sendo certo que as perguntas dos vários grupos são sequenciais e, no final da ronda, o Sr. Coronel terá oportunidade de responder.

Apenas para clarificar, quero dizer que pelo Grupo Parlamentar do PSD tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Barata Lopes e pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista terá a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

Sr.^a Deputada Joana Barata Lopes, tem, então, a palavra.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Sr. Coronel.

No seguimento desta audição, queria tentar consolidar algumas das coisas que aqui já foram ditas, reforçando o que a Sr.^a Deputada Berta Cabral teve oportunidade de dizer, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, logo de início. É importante reforçar que o nosso objetivo é garantir que o prestígio das Forças Armadas não fica afetado durante este processo e após este acidente infeliz.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PSD quer que seja feita a avaliação dos atos, dos fatos e das omissões ou incompetências que possam ter gerado este roubo a Tancos, bem como das responsabilidades políticas. Pretende também perceber esta questão do ponto de vista das falhas do sistema, do

que as originou, do que falhou e do que permitiu que isto acontecesse, para garantir que não volta a acontecer, naturalmente dentro do que é possível garantir que não volta a acontecer. Do ponto sistemático, mas alargado, teremos tempo, ao longo das audições, para perceber quais foram as falhas do sistema que potenciaram esta situação.

Naturalmente, houve, na nossa opinião, uma inabilidade política, nomeadamente por parte dos governantes, que entendemos que não salvaguardaram devidamente o que deveria ter sido feito, que não resguardaram a instituição militar e não preservaram o bom nome das nossas Forças Armadas, na medida do que entendemos que deveria ter sido feito. Isto preocupa-nos!

Como já foi aqui referido, o Sr. Coronel está aqui a requerimento do Partido Socialista, por ter sido Comandante entre outubro de 2013 e outubro de 2016. É um pouco dentro dessa área que também lhe faço a seguinte pergunta, pois já aqui, por várias vezes, tem sido falada a questão da insegurança. O Sr. Deputado Ascenso Simões assumiu que o Sr. Coronel sentiu insegurança, o Sr. Deputado Jorge Machado, na ronda anterior, na pergunta que lhe fez, dizia que a falha nas condições e nas instalações comprometia a sua necessidade de segurança, isto é, a pergunta já continha esta resposta.

Do que percebemos daquilo que o Sr. Coronel aqui disse, referindo necessariamente que «queremos sempre mais», foi essa a expressão que utilizou, deu nota do que aconteceu até 2017 e após 2017, deu até a sua opinião sobre o que isso constituía do ponto de vista do funcionamento global, mas — queremos que isto fique cabalmente esclarecido — não sentiu que fosse insuficiente para cumprir a sua missão de segurança aos paióis e, vou citá-lo, nomeadamente «considerando que a questão da insuficiência prende-se com o grau de ameaça». Foi o que disse aqui.

Portanto, mediante o grau de ameaça que sentiu durante o tempo em que esteve com estas funções, não sentiu que não tivesse condições para cumprir os requisitos de segurança que lhe eram pedidos. Pedia-lhe que confirmasse diretamente esta questão ou que a deixasse o mais clara possível, pois já aqui foi várias vezes levantada.

Há também aqui uma questão que entendemos que é importante e que tem que ver com a desvalorização, por isso, vou colocá-la diretamente: o roubo é grave? É importante que todos nós reflitamos sobre isso, nomeadamente o Exército.

Ontem estivemos, como já aqui foi dito, a visitar Tancos, já nos foi dado nota e compreendemos e entendemos que sim, tudo indica que sim, que já foram tomadas medidas no sentido de prevenir situações com estes contornos, mas não podemos aceitar uma desvalorização. Quando se fala na questão da perigosidade do material tem havido aqui alguma desvalorização.

Sr. Coronel, não leve a mal, mas quando diz, por exemplo, tal como disse, que «também se pode em casa fazer explosivos», isto não diminui a perigosidade dos explosivos. Creio que disse que era um material difícil de transportar, a não ser em uso militar, e, por isso, faço-lhe a pergunta de forma mais direta: alguém mal-intencionado que queira utilizar o material para causar danos consegue ou não fazê-lo com o que foi roubado?

Volto à expressão que utilizou e ao exemplo que deu: o facto de se poderem fazer em casa determinados explosivos não significa que não causem dano se forem utilizados indevidamente. A pergunta é muito direta: o material que foi roubado, independentemente de ser possível obtê-lo de outras formas ilícitas, é um material cujo grau de perigosidade pode de facto causar danos? Quer dizer, se alguém utilizar, como referiu, os LAW, que têm sido muito falados, os lança-foguetes, para causar danos pode fazê-lo com aquele material? Isto independentemente do prazo de validade e do ponto de vista do fabricante que, como sabemos, põe em causa a segurança e a

integridade do militar que o está a utilizar. Contudo, independentemente disso, este poderá continuar a ser utilizado para causar dano? Correto?

Queria mesmo que isto ficasse claro, porque há uma desvalorização em relação ao grau de perigosidade que nos parece que não é boa para esta comissão de inquérito e para o que se pretende prosseguir.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ascenso Simões, tem a palavra.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, concordo em absoluto com as afirmações da Sr.^a Deputada Joana Barata Lopes a propósito do apuramento de todas as responsabilidades, também políticas. Nesse aspeto, é uma evolução muito significativa no sentido de todos nós olharmos para a amplitude desta mesma comissão.

A segunda questão tem que ver com o serviço militar obrigatório, ou seja, não é necessário um serviço militar obrigatório para mantermos efetivamente um bom desempenho das Forças Armadas, como já se viu. Precisamos é de adequar as nossas realidades às condições que temos. Não vale a pena regressarmos sistematicamente ao tema do serviço militar obrigatório para olharmos para a realidade que tínhamos, em 2006 ou em 2013, relativamente aos paíóis de Tancos.

Sr. Coronel, gostaria que não ficassem dúvidas sobre os 44/8, porque os 44 são um pelotão, mas os 8 mais 8 mais 8 mais 8, mais os tais oficiais que integravam o primeiro pelotão, são um pelotão. Portanto, não podemos fazer comparações entre 44/8, porque isso não é correto, não era isso que acontecia. Os que havia era recursos que eram...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Os que estavam em permanência!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não, não! Não estavam em permanência, o pelotão não estava 44 em permanência, não foi isso que o Sr. Coronel disse! Era um pelotão que estava destinado para aquela segurança, não eram 44 em permanência! E agora nós temos mais, temos a soma de todos os recursos das 4 unidades, que têm maior capacidade de alocar recursos se forem necessários.

Portanto, vamos lá deixar isto claro, porque a notícia que ia sair daqui é: «Ah, antes eram 44 e agora são 8». Não, não tem nada que ver com isso!

Protestos do CDS-PP e do PSD.

Não, não, não! Pois, eu já sabia que isso era o fim! Já sabia que isso era o fim! Não é verdade! Não é verdade, não vai ser assim, porque não vai sair daqui!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não se sobreponham à intervenção.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Se me derem licença... Aliás, temos aqui muitos objetores de consciência que não sabem verdadeiramente como funciona a instrução militar.

Bem, Sr. Coronel, gostaria de lhe dizer o seguinte: às vezes temos de sacrificar a rainha e falou nisto sobre o comportamento do CEME. O Sr. Coronel acha que a posição do Sr. General Calçada e do Sr. General Meneses não foi, então, correta na sequência do sacrifício da rainha? Ou seja, quando nós temos um responsável operacional e temos um responsável de pessoal que se demitem na sequência daquilo que o senhor considera de «termos de sacrificar a rainha», a verdade é que estas demissões não faziam sentido naquela altura?

E, Sr. Coronel, relativamente...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pedia silêncio, só!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Relativamente às reuniões do Comando do Exército, o Sr. Coronel disse, e muito bem, que enquanto Comandante de uma unidade integra as reuniões do Comando do Exército, participava nas reuniões do Comando do Exército. Pode dizer-me quantas vezes foi o tema «paióis» analisado — não é os paióis de Tancos —, armazenamento de munições e especialmente o paiol de Tancos, sob o ponto de vista da segurança, sob o ponto de vista do comandamento de homens, sob o ponto de vista da adequação dos paióis a novas realidades, designadamente esta componente de humidade e temperatura dos paióis, que ontem nós todos, que fomos lá, vimos que não havia nem humidade nem temperatura porque os paióis, pura e simplesmente, eram barracões onde estavam os depósitos. Um dos depósitos até tinha grades nas janelas desse mesmo paiol, ao contrário do que já acontece agora nos paióis todos.

A questão que se coloca é se, no comando do exército e nas reuniões em que o Sr. Coronel participou,...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pedia um pouco mais de silêncio.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — ... as questões relacionadas com Tancos, com todos os paióis que estavam dependentes do Exército, foram tratadas e foram tratadas numa perspetiva mais global.

Sr. Coronel, com certeza que tem presente o desenho daquele armazenamento, o espaço em que está. Se o senhor olhar para os paióis 14 e 15, verá que eles estão no enfiamento de duas torres. Considera o Sr. Coronel que a falha do fornecimento da guarnição das torres potenciou ou pode ter

potenciado o assalto àqueles dois paióis? Até porque nós sabemos que sendo paióis da NATO, a realidade dos paióis é quase impenetrável, ou seja, um homem em ronda não consegue ver quem está lá dentro ou muito dificilmente consegue ver quem está lá dentro, tem de entrar lá dentro e tem de dar a volta, porque se não o fizer, não consegue ver quem está lá dentro.

Portanto, gostaria de ter a sua opinião sobre esta realidade em concreto, relacionada com estes dois paióis.

Por último, Sr. Coronel, a sua opinião vem contrariar aquilo que nós ouvimos: os paióis estavam dedicados a cada uma das unidades e, portanto, sabia-se perfeitamente o que estava lá e de quem eram aquelas munições.

O Sr. **Presidente**: — Nos mesmos termos, tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Coronel, de acordo também com documentos oficiais a que tivemos acesso, lá é dito que as fechaduras dos paióis não têm os requisitos de segurança exigidos e também as fechaduras não têm esses mesmos requisitos, para além de para-raios que não estão operacionais, sendo necessária a sua substituição.

No tempo em que o Sr. Coronel esteve à frente da unidade, constatou alguma destas situações, se ouviu falar sobre o que aqui referi e se ouviu, tomou algumas providências ou se chegou a falar sobre estes assuntos, nomeadamente para-raios, fechaduras e portas, de acordo com os documentos oficiais que consultamos.

Outra questão, Sr. Coronel, de que há pouco falei e que tem que ver com o sistema integrado do controlo de acessos e vigilância eletrónica. Segundo se sabe, a partir de 2015 foram gastos cerca de 400 mil euros em videovigilância para várias unidades do exército, inclusivamente, por exemplo, abrangendo a Orquestra Ligeira do Exército, mas nenhum desses

sistemas foram destinados aos Paióis Nacionais de Tancos (PNT), sabendo-se que é uma estrutura militar bastante sensível. O que pergunto ao Sr. Coronel é se teve conhecimento, na altura, destes contratos, destes sistemas de vídeo vigilância no âmbito do SICAVE e se alguma vez ouviu falar da razão de nenhum destes se destinar aos sistemas dos Paióis Nacionais de Tancos.

Quero ainda referir-me à questão relativa às demissões de responsáveis, de que tivemos conhecimento, como as demissões do Comandante do pessoal e do Comandante das forças terrestres, no seguimento dos acontecimentos de Tancos. O que pergunto ao Sr. Coronel é se sentiu, se ouviu, inclusivamente, de entre os seus contactos pessoais, embora já estivesse na reserva, algum descontentamento relativamente a estas demissões, enfim, se esta matéria lhe chegou aos ouvidos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Telmo Correia, faz favor.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Coronel, devo dizer-lhe que ponderámos, inclusivamente, se devíamos insistir nalgumas questões ou não, porque já percebemos que algumas ficarão sem o esclarecimento global que gostaríamos, designadamente saber o que continham exatamente as NEP em termos das rondas, saber exatamente qual o ponto e o relatório da situação e o que lhe transmitia o próprio relatório de posse em termos das deficiências e das falhas existentes, enfim, procuraremos obter esses documentos. Compreendemos que o Sr. Coronel não tenha memória exata desses factos.

Há, no entanto, aqui um ou dois aspetos que penso merecerem alguma reflexão e algum esclarecimento porque não ficou claro. E se não tinha ficado claro, não é, seguramente, culpa do Sr. Coronel, mas esta última intervenção, por exemplo, do Sr. Deputado Ascenso Simões causa uma dúvida evidente, que é a seguinte: o Sr. Deputado Ascenso disse agora que

os paióis eram dedicados. Presumo que isso significa que cada uma das unidades teria o relatório exato e a gestão desses paióis, que, Sr. Deputado, foi o que eu perguntei há pouco.

A resposta que obtive da parte do Sr. Coronel foi que não era bem assim, mas que eram os funcionários que sabiam e qualquer uma das unidades podia aceder a qualquer um dos paióis. E, portanto, convém agora esclarecer exatamente — Sr. Coronel, se for possível — como era, se era como diz o Sr. Deputado Ascenso Simões ou se era como disse o Sr. Coronel, em que acabei de dizer como tinha interpretado a sua intervenção, porque isto lançou aqui uma dúvida óbvia e evidente.

Por outro lado, também há uma dúvida que convém ser, tanto quanto possível, esclarecida, que se refere ao pessoal. Dos documentos que nós lemos, daquilo que começámos aqui a discutir, a ideia que tínhamos da sua primeira intervenção, Sr. Coronel, inclusivamente, e não foi questionado por mim, era de que nós estávamos perante oito homens, que depois há mais oito e há mais oito, mas penso eu que numa lógica de se revezarem, ou seja,...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Era em 24 horas!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Uma lógica horária, porque efetivamente tínhamos oito homens e, portanto, convém esclarecer isso, não é?! Até porque também nesta intervenção final e nesta suposta pergunta final, tenta-se baralhar isso outra vez um bocado e aquilo que eu gostaria de deixar aqui muito claro, antes de uma pergunta final, Sr. Coronel, é o seguinte: há um documento que consta dos documentos que foram entregues à Comissão de Defesa Nacional pelo ex-Ministro da Defesa Nacional e que se chama *Tancos: factos e documentos*, dos quais constam vários documentos, entre os quais um documento proveniente do Gabinete do Chefe de Estado-Maior

do Exército e que tem remissão do Chefe de Gabinete, o Sr. Major General José António de Figueiredo Feliciano.

Na página 7 do documento n.º 138 do documento global, por assim dizer, parece-me ser muito claro e diz: «Os efetivos necessários para a constituição do destacamento de segurança imediata dos PNT foram estabelecidos nos seguintes termos: um oficial, cinco sargentos, quatro cabos e trinta e quatro soldados, num total de quarenta e quatro efetivos, conforme Relatório de Inspeção Técnica da Inspeção Geral do Exército».

Depois, mais à frente diz: «Este efetivo é relevante para a análise que se procura desenvolver, porque como se constata posteriormente, ele é (...), cito: «(...) substancialmente reduzido em 2006 para valores de um sargento, de um cabo, seis soldados, por Despacho do Tenente-General Comandante Operacional, em 15 de janeiro de 2007». Portanto, isto é verdade ou não é. Ou seja, ele é substancialmente reduzido ou não é substancialmente reduzido. E não vale a pena fazer aqui um jogo de palavras de dois mais três, mais quatro, mais cinco e que depois vai dar não sei o quê, porque é esta frase que é verdadeira ou não é verdadeira. Não há duas hipóteses, não há duas hipóteses! E este documento é um documento oficial que nos foi remetido.

Mesmo para terminar, Sr. Coronel, agradecendo a sua paciência e a sua disponibilidade, a última pergunta é a seguinte: perante esta situação e perante aquilo que foi encontrado — nós temos opiniões posteriores que vão nesse sentido —, alguma vez foi pensado, alguma vez foi ponderado, alguma vez foi recomendado o encerramento destes mesmos paióis?

O Sr. **Presidente**: — Para terminar, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, é muito rápido, é a última intervenção, que até quase que dispensava, mas porque realmente o documento entregue na Comissão de Defesa Nacional, chamado *Tancos: factos e documentos*, relativamente a esta questão de Tancos é taxativo no que refere à redução em 75% do efetivo alocado à segurança desta unidade. Não há discussão. Está aqui, é assumido pelo anterior Ministro da Defesa Nacional, portanto, isso... E, aliás, enquadra-se precisamente na explicação que o Sr. Coronel dá, isto é, para fazer face à redução do efetivo, também por causa do fim do serviço militar obrigatório e também por causa das missões com que, naturalmente, o exército estava confrontado, há uma decisão tomada para reduzir o efetivo e isso tem responsáveis, tem datas, isso para nós é pacífico.

A pergunta que queria colocar-lhe vai um bocado também nesta cena do que aqui lhe foi perguntado, isto é, face ao cenário que estava montado e tendo o Exército características muito próprias de formas de funcionamento e de comportamento, em que os superiores hierárquicos têm de dar, muitas vezes, o exemplo, seria ou não adequado um comportamento, por parte das chefias do Exército, de alguma forma dar um murro na mesa e dizer assim: «Isto não tem condições de funcionamento e de veria estar encerrado» e colocar este problema superiormente.

Esta é uma questão com que nos confrontamos, porque estamos habituados a ter, nos militares e nas estruturas de topo da hierarquia militar, gente frontal, capaz de assumir as suas posições e de assumir aquilo que acha correto para a defesa nacional. E não tivemos a coragem, por parte das chefias, de assumir esta posição, de dizer ao poder político: «Meus senhores, com estas condições, nós não asseguramos a segurança deste equipamento e, portanto, é preciso tomar medidas».

E, tanto quanto sabemos, nada disto aconteceu. Nada disto aconteceu! E lamento profundamente que não tenha acontecido e pergunto-lhe, Sr.

Coronel: não acha que essa deveria ter sido uma posição de princípio, de salvaguarda, até, da estrutura? É que isto depois vai conduzir-nos a um cenário em que, do ponto de vista da comunicação social, do ponto de vista daquilo que é a factualidade, nós temos hoje dois militares punidos disciplinarmente em função do que aconteceu em que um é um soldado e outro, salvo erro, é um cabo ou um sargento...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — É um cabo!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — ...até por declarações emitidas no processo disciplinar que não têm, propriamente, a ver com o caso em si.

Não conseguimos perceber que, face a este cenário, face ao que aconteceu, as responsabilidades, do ponto de vista da estrutura, se fiquem por um soldado ou um cabo. É inaceitável! É inaceitável, porque no Exército, numa estrutura hierarquizada, manda quem pode.

Portanto, a pergunta que lhe queria colocar era no sentido de saber se não acha que — e não estou a dizer que é sua a responsabilidade, mas dos seus superiores hierárquicos — deveria ter havido uma tomada de posição relativamente às condições operacionais em que aquela estrutura militar se encontrava para, naturalmente, dizer ao poder político que não poderiam continuar nas condições em que estavam a operar, porque, objetivamente, convidavam ao que aconteceu, como é óbvio.

Naturalmente, com as condições degradadas em que tínhamos as instalações e com os recursos humanos alocados, bom, só é surpresa não ter acontecido mais cedo, como é óbvio.

O Sr. **Presidente**: — Concluimos, assim, a segunda ronda da inquirição, passo a palavra ao Sr. Coronel para dar resposta às questões que lhe foram colocadas.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Srs. Deputados, faço minhas as palavras do Sr. Deputado Ascenso Simões quando subscreve as palavras da Sr.^a Deputada Joana Barata Lopes.

De facto, é grave o roubo e não foi minha intenção desvalorizar a questão. Se o fiz não foi intencional e, aliás, todos concordamos que a intrusão em instalações militares é muito grave.

Em relação ao grau de ameaça, felizmente, em Portugal tem-se mantido baixo e isso permite que aquilo para que todos trabalhamos, que é um País em que os cidadãos se sintam seguros e a trabalhar em paz, se mantenha.

Efetivamente, sobre esta questão, algum superior disse que tinha sido um murro no estômago e foi-o de facto. Eu, como militar, não me senti bem. Tenho uma carreira de mais de 38 anos, tenho grande parte do meu percurso em missões no exterior e acontecer uma coisa destas...

Subscrevo que é fundamental garantir o prestígio das Forças Armadas. Esse prestígio está garantido pela opção de recrutamento que tem sido adotado e pelo treino que está a ser efetuado e tem sido repercutido nos resultados das missões que os militares desempenham ao serviço de Portugal.

Garantir que não volta a acontecer... De facto, era melhor que não tivesse acontecido, mas há um conjunto de circunstâncias que levou a que acontecesse.

Sobre a insegurança e o grau de ameaça e para que isto ficasse um pouco mais claro, não quero entrar por aí, não quero dizer mais do que já disse. A segurança é responsabilidade de todos.

Durante o período que antecedeu a minha vinda aqui, lembrava-me de algumas questões e uma é que a segurança é um dever de todo o cidadão. Não é só do militar, não é só de cada um de nós aqui.

Antigamente tínhamos moral e religião na nossa educação obrigatória e, penso que muito bem, tirou-se a religião, mas esqueceu-se que a moral não tem a ver com religião. A moral é a educação cívica de cada um dos cidadãos.

Retirámos o serviço militar obrigatório, mas recorde que, nas minhas passagens pela Guiné, o Chefe de Estado-Maior da Guiné-Bissau, Almirante Zamora Induta, me dizia: «Na vossa cooperação não nos ensinem a manejar as armas, queremos é aquilo que vocês lá têm da educação moral e cívica militar, de ensinar aos nossos militares quais são os deveres de cidadania, de respeito pela vida humana. Isso é o que precisamos!»

De facto, nisto tudo, penso, e a minha intervenção ia nesse sentido, desviei-me um bocadinho em relação ao cidadão, mas, acima do cidadão, estão outras instituições que colaboram nesta questão da segurança ou insegurança e na determinação do grau de ameaça e naquilo que tem de ser a cooperação entre todas as instituições.

Essa é uma discussão que não me cabe fazer, cabe, provavelmente a esta Casa, muito mais do que a mim, de certeza. Penso que respondi à sua pergunta.

Sr. Deputado Ascenso Simões, do PS, em relação ao apuramento de responsabilidades, francamente, como comandante do Regimento, penso que já referi que é importante que o apuramento seja feito e, como militar, gostaria que isto fosse célere, porque quanto mais se arrasta esta questão, mais a instituição é desgastada.

Quanto ao serviço militar obrigatório, concordo que é preciso adequar este modelo, que é o que está a ser adotado por diferentes países, sendo que a realidade de há anos não é a de hoje. As minhas palavras em relação a esta questão da educação moral, ao Dia da Defesa Nacional mostram que esta adequação ainda está a ser feita e, provavelmente, há que haver ajustamentos. Mas, decidirá melhor do que eu quem tiver de o fazer.

Há uma questão que foi colocada por todos os Srs. Deputados que é a dos 44 e dos 8. É assim: no documento a que tive acesso existia um pelotão orgânico do Depósito-Geral de Material de guerra, não existiam vários pelotões para este serviço.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Com certeza!

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Se têm outra informação... Já vos disse, com toda a abertura, que aquilo que estou a dizer é com base no que tenho conhecimento. Se errar, admito que errei.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Temos outra informação!

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Então, peço desculpa, porque vi que a orgânica era um pelotão. Se é um pelotão em permanência, então obriga a muito mais gente, Mas isso era impossível, nos dias de hoje. Não temos, em nenhuma unidade, essa quantidade de militares para fazer o serviço.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Já estamos numa companhia! Passámos de um pelotão para uma companhia!

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, está o Sr. Coronel no uso da palavra.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sobre a posição do General Calçada e do General Menezes, essa é uma questão que cabe a cada um deles dizer o que, em consciência, decidiu fazer.

O que se passa ao nível dos Srs. Oficiais Generais, nós, coronéis, sabemos alguma coisa. Tivemos conhecimento do que se passou para a escolha do chefe; sabemos que, infelizmente os chefes, ultimamente, não têm durado muito.

Tive muita pena da saída do General Jerónimo com quem trabalhei durante muitos anos e que achei um chefe extraordinário. Participei num jantar espontâneo de apoio quando foi nomeado em Torres Novas.

Estas questões acontecem e, perante a verticalidade que cada uma das pessoas deve adotar, em determinada altura, elas consideraram que não havia condições.

O Sr. Deputado disse, e muito bem, sobretudo considerando a exoneração dos Srs. Coronéis...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Exatamente!

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Os Srs. Generais devem ter equacionado, até porque...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Por solidariedade!

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: —... o comandante operacional estava na linha direta e o general chefe exonerou o coronel. Não sei, provavelmente, ouviu-o. Não sei se o ouviu, mas isso não me cabe a mim avaliar.

O General Calçada é o general da área do pessoal e havia, de facto, falta de pessoal e eu, nas reuniões de comando...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Afinal havia falta de pessoal!

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — A reunião de comando é uma questão que me colocaram mais à frente, mas as reuniões de comando são um dia inteiro na Academia, no anfiteatro, em que cada um dos generais de cada uma das áreas expõe as limitações, o que se pretende fazer, o que é a realidade.

E o General Calçada, quando apresentava a realidade, em termos de pessoal... Era muito má! As dificuldades de recrutamento, com as condições que podemos oferecer, são reais.

Andámos durante um longo período, depois de acabado o serviço militar obrigatório, a tentar encontrar a forma correta de chegar ao cidadão para fazer aquilo que as empresas e outros setores fazem que é captar o melhor para servir nas Forças Armadas.

Provavelmente a demissão foi em função disso ou de outras questões pessoais. Desconheço. O que foi, em concreto, falou-se, mas não tenho esse conhecimento.

Nas reuniões de comando do Exército, que são, normalmente, anuais, a questão específica do paiol de Tancos não me recordo se foi tratada. Era tratada de um modo geral e eram estabelecidas as prioridades.

E sobre as prioridades lembro-me que uma delas tinha a ver com a saúde, com o investimento que estava a ser feito no hospital.

O Sr. Deputado João Vasconcelos falou na Orquestra Ligeira, mas essa questão, como esta de que se falou ou para onde foi a prioridade são decididas superiormente no Conselho de Chefes e tratadas ao nível da execução não me cabe comentar. Peço imensa desculpa. Srs. Deputados.

Em relação aos paióis dedicados a unidades, penso que falámos de coisas diferentes. Peço desculpa se induzi em erro, mas o que percebi foi que a minha unidade, quando ia fazer o serviço de segurança, tinha a responsabilidade de determinados paióis.

Peço desculpa, foi uma interpretação minha, errada, portanto a informação boa é a dos Srs. Deputados que têm os documentos.

A questão de se os paióis têm uma determinada unidade, desconheço, porque não é da responsabilidade do Regimento, isso tem a ver com a Unidade de Apoio Geral de Material do Exército. É essa Unidade que define se o material de uma unidade está em determinado paiol.

O pessoal que ia lá... As perguntas a que respondo são acerca do que é a responsabilidade do Regimento, por isso interpretei como se fosse em relação ao pessoal que lá estava de serviço. Portanto, têm toda a razão os Srs. Deputados, foi um erro de interpretação.

O Sr. Deputado Jorge Machado, do PCP, falou-nos na questão das fechaduras, das portas e, mais uma vez, esta é uma questão da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército.

Que os homens verificavam e colocavam no relatório, tenho noção que sim. Tenho noção de ter verificado que havia essa referência nos relatórios que via, mas era assunto que era colocado à entidade competente para resolver essa matéria.

A questão da vigilância eletrónica e se foi direcionada são decisões superiores. Nós tentamos resolver o melhor que podemos ao nosso nível.

Em relação ao descontentamento acerca da demissão dos responsáveis, tive conhecimento de algumas ações que não subscrevi e em que nem participei, porque não me parece correto. Um militar, como já aqui foi referido, deve atuar com frontalidade e com a total lealdade para com os chefes e para com os chefes que são nomeados pelos responsáveis políticos, portanto, é perante a Nação que deve ter essa lealdade. Essas ações não são,

de modo nenhum, ações que contribuam para a estabilidade e para o cumprimento da missão das Forças Armadas.

Falei com um camarada a quem desaconselhei a que participasse em qualquer dessas ações. Tenho conhecimento de que houve um dos camaradas que jantou com alguém e que depois veio relatar para as redes sociais... É desadequado. Não me parece que tenha sido um procedimento correto.

Penso que um dos camaradas que mais falou é um camarada que conheço pessoalmente e que tem feito outras afirmações, mas que são o que são. De facto, acho que as pessoas, por vezes, devem olhar para o seu interior, para aquilo que fizeram e só depois comentar, sobretudo desta forma.

Mas, como sabem, isto é um fenómeno atual, é algo que estamos a assistir no mundo e não é muito diferente de outros fenómenos com que estamos preocupados noutras partes do mundo. É bom que nos comecemos a habituar em Portugal com estas questões, porque é, de facto, assim que se põe em causa aquilo em que acreditamos, a democracia em que os senhores estão empenhados e eu, como cidadão, também. São estas questões que fazem perigar aquilo em que acreditamos: a liberdade que conquistámos e a igualdade que queremos para todos.

Sobre a questão colocada pelo Sr. Deputado Telmo Correia, do CDS, em relação às NEP e aos relatórios de posse de comando, o relatório de posse de comando está na unidade e penso, aliás, não tenho dúvidas, que, a pedido dos Srs. Deputados, pode ser consultado e as NEP igualmente.

Quanto aos paióis dedicados, já respondi, e quanto aos oito homens também. A questão de ponderar o encerramento é uma decisão que não cabia ao Regimento. É claro que seria confortável, em vários aspetos, para o Regimento se se tivesse encerrado.

Primeiro porque era libertar os oito homens que tinham de lá fazer serviço em condições que os senhores testemunharam. De facto, aquelas

instalações... Mas não são as únicas no Exército e são realidade de outras instituições.

É o que podemos ter e exigir mais penso que também não será, pelo menos não é, de forma alguma, a posição que considero que um comandante de regimento deva tomar. Deve fazer o melhor que pode com o que tem à sua disposição.

Finalmente, penso que temos a questão do efetivo reduzido e se devia ter sido tomada uma posição sobre encerrar os paióis. Penso que, de certa maneira, já respondi a grande parte destas questões. O efetivo é reduzido, mas é reduzido nas Forças Armadas. Há dificuldades de recrutamento e não seria possível para este e para os outros Regimentos cumprirem as missões que lhes estavam atribuídas com mais do este efetivo.

Se teria sido preferível fechar os paióis, é uma questão a colocar superiormente... Não o fiz, francamente, não sei se a questão foi colocada anteriormente. Mas, como já disse, recebi a situação de oito homens e entreguei oito homens. Fiz sentir superiormente que tinha dificuldades em nomear esses oito homens. Tive, por vezes, de aumentar o que era o exigível em termos de permanência em serviço para conseguir cumprir todas as missões. Mas isso é inerente à vida militar e todos aceitamos isso quando decidimos este caminho.

O Sr. **Presidente**: — Havendo inscrições, iniciaremos a terceira ronda de perguntas. Cada grupo parlamentar disporá de 3 minutos para colocar as suas questões, sendo que qualquer Deputado pode dispor também de 2 minutos.

Para dar início à terceira ronda, dou a palavra à Sr.^a Deputada Berta Cabral.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, quero agradecer a presença do Sr. Coronel e o testemunho que aqui nos deixou.

Queria ainda abordar uma questão, porque, efetivamente, ao longo desta audição, falámos do furto do material de Tancos, de uma intrusão numa instalação militar, que é grave, como aqui foi dito, e que não devia ter acontecido. É verdade.

O País ficou chocado com essa situação, mas se o furto chocou o País, penso que o aparecimento desse material ou desse suposto material ainda chocou mais os portugueses, porque tudo isso foi envolto numas circunstâncias pouco claras, dando a entender uma certa rivalidade e disputa entre a Polícia Judiciária Militar e a Polícia Judiciária.

Tudo isto está ainda em investigação e nunca podemos ser muito taxativos nas nossas afirmações, mas a verdade é que é público e publicado que houve dissimulação, muita irresponsabilidade e, até, alguma inabilidade. Expuseram vulnerabilidades do sistema defensivo português, macularam a imagem das Forças Armadas, quer no furto, mas, depois, também no achamento, na recuperação, como se queira chamar, desse material. Houve redução de confiança nas nossas Forças Armadas, em particular no Exército, por parte das instituições e dos cidadãos, em geral.

Como já disse, é nossa intenção que este processo seja célere, aliás, como referiu também. Isto porque sendo célere é mais fácil recuperar rapidamente o prestígio e a dignificação das nossas Forças Armadas e é esse o nosso objetivo e o desta Comissão.

Mas a verdade é que também gostava de saber como é que o Sr. Coronel avalia toda esta situação conhecendo o Exército, o seu interior, o seu funcionamento, a Polícia Judiciária Militar e alguma rivalidade que, eventualmente, possa existir no confronto com outras polícias criminais, como é o caso da Polícia Judiciária. Como é que vê isto tudo? Como é que vê esta situação?

Isto porque esta é uma questão que não deixou uma boa imagem da Polícia Judiciária Militar e quem está cá fora não distingue exatamente se a Polícia Judiciária Militar depende do Exército, se depende de si própria, mas dependendo diretamente do Ministro. É isto que é preciso ter aqui em conta.

As consequências políticas que, até agora, foram retiradas tiveram a ver com a recuperação do material e não com o seu furto. Portanto, tudo isto faz parte do mesmo processo que já foi apenso, como se sabe, em termos de investigação. Gostaria de ter o seu comentário relativamente a esta situação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Sr. Presidente, para terminar, queria agradecer ao Sr. Coronel a sua contribuição para que possamos fazer o melhor trabalho nesta Comissão.

Sr. Coronel, deixe-me dizer-lhe o seguinte: fico sempre muito chocado quando numa estrutura pública os únicos responsáveis são um soldado e um cabo. Até agora, passado este tempo todo, não houve um processo disciplinar a nenhum oficial intermédio, a nenhum comandante de unidade. Essas circunstâncias todas não foram apuradas ao nível dos comandantes que se demitiram. Isto é uma coisa que o País tem de perceber porquê!

Ou seja, temos um País em que na base há um cabo e um soldado que têm um processo disciplinar e uma pena e mais ninguém! Só temos aqui uma responsabilidade política.

O que é que verdadeiramente está em causa para que isto não aconteça? Pergunto se a estrutura das Forças Armadas é impermeável à implicação externa para uma circunstância desta gravidade.

Mas, Sr. Coronel, gostaria também de lhe agradecer o facto de ter indicado quais foram, durante o tempo em que o senhor passou pelo Regimento, os seus superiores, porque isso vai permitir-nos que, quando eles

aqui vierem, perguntar verdadeiramente: o que é o senhor andou a fazer? Porquê? Porque eles tinham a informação oficial e escrita, como o Sr. Coronel tinha informação oficial e escrita vinda das pessoas que estiveram nos paióis de Tancos, mas verdadeiramente o que aconteceu foi que, ao longo do tempo, dentro do próprio Exército, com as opções do Exército, a opção não foi Tancos.

Essa é que é a questão central. É aquilo que resulta mais nítido de todas as intervenções que o Sr. Coronel aqui fez.

Queria agradecer-lhe muito a sua vinda e dizer-lhe que, efetivamente, continuamos a saber que o que aconteceu em Tancos até uma determinada altura foi um pelotão de 44 homens e, depois, passou a ser um conjunto, vezes quatro, de oito homens que eram remetidos por quatro unidades do Exército.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais perguntas, concluiremos a terceira e última ronda. Passo a palavra ao Sr. Coronel para responder.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Sr.^a Deputada Berta Cabral, obrigado pela sua questão que me coloca algumas dúvidas sobre a forma como a posso abordar.

Não sei se os Srs. Deputados viram, mas ontem saiu um artigo no *Jornal de Notícias* dando a conhecer um bocadinho do que é o meu percurso profissional. Esse meu percurso profissional permitiu-me o acesso a conversas informais com responsáveis que teceram as suas opiniões mas que eu, como comandante do Regimento, não tenho.

Tenho, de facto, esse conhecimento, percebo a sua pergunta. Concordo perfeitamente, sublinho aquilo que já disse: a cooperação entre instituições é fundamental. Aquilo que se passou, de facto, não tem qualificação e aqui não ponho o ónus na Polícia Judiciária Militar e não

classifico quem esteve bem. Isto porque há, inclusivamente, a questão de em que âmbito e em que competências isso se enquadra.

Responsáveis, de quem sou amigo, de diferentes áreas da segurança têm as suas leituras, mas parece-me que o mais importante é a cooperação. Houve, de facto, um conjunto de circunstâncias que caberá apurar quem fez o quê. Isto em nada contribuiu, aliás, veio agravar esta situação.

Mas, sublinho, não considero que a solução seja encontrar um diferente desenho do que é a estrutura de segurança ou acabar com a Polícia Judiciária Militar. As instituições têm o seu mérito e se alguém errou, tanto numa, como noutra, isso deve ser apurado e corrigido.

Sobre as questões que o Sr. Deputado Ascenso Simões colocou, queria fazer uma ressalva. O Sr. Deputado afirmou que eu disse que os responsáveis tinham informação escrita sobre a questão. O que eu disse foi que os relatórios, que depois são acrescentados com os comentários do Comandante e do Oficial de Operações, nascem na força que está no paiol, são coligidos nas operações e são transmitidos ao escalão superior, leia-se estados-maiores dos Srs. Generais, que darão conhecimento.

Estamos aqui um bocadinho naquela que foi a questão de saber se o Sr. Ministro tinha conhecimento ou não tinha, se tinha o chefe de gabinete ou não tinha... Atenção, não posso dizer. O próprio dirá se teve conhecimento ou se não teve, e os documentos falarão por si melhor do que eu ou qualquer outra situação.

O Sr. Ascenso Simões (PS): — Com certeza!

O Sr. Cor. Inf. Manuel Joaquim Vieira Esperança: — Em relação aos responsáveis do soldado e do cabo, de facto, não considero que isso seja razoável. Somos todos iguais, somos todos soldados. Aliás, fui soldado,

sargento e oficial, portanto, tenho o conhecimento de toda essa realidade e o respeito por todos de igual forma.

A questão da estrutura permeável ou não das Forças Armadas, todos conhecemos aquela que é a realidade e não me parece que seja diferente ou pior do que outras instituições. Há a ascensão na carreira, progressão... Para cada um, quando inicia a sua carreira militar, a questão da permeabilidade ou não tem vantagens e desvantagens. Sempre fui adepto da abertura à sociedade e sempre convidei todas as instituições de Tomar a irem ao Regimento. Total transparência.

Sei que isso não é... Desculpe?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não é habitual.

O Sr. Cor. Inf. **Manuel Joaquim Vieira Esperança**: — Não sei se é habitual. Repare, eu fazia os dias da Unidade no Convento de Tomar. O Dia de Tomar tem sempre a participação de uma força militar. Tinha e manteve-se uma excelente relação com a Sr.^a Presidente da Câmara.

Portanto, se a estrutura das Forças Armadas em determinados setores continua fechada, penso que esta é uma questão que está no bom caminho e que terá a sua evolução como todos os setores da sociedade.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Cor. Vieira Esperança, pelo depoimento prestado e respostas concedidas às inquirições das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, antes de terminar, queria apenas recordar que amanhã, às 17 horas, teremos o Sr. Cor. Inf. Francisco José Ferreira Duarte, que, aliás, sucedeu no comando da Unidade do Regimento da Infantaria n.º 15 ao Sr. Cor. Vieira Esperança.

As inquirições, amanhã, iniciar-se-ão pelo Grupo Parlamentar do PSD e, subsequentemente, pelos demais grupos parlamentares.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito obrigado e até amanhã.

Eram 20 horas e 19 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.